

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HENRIQUE PRITSCH POMPERMAYER

**O SUBIMPERIALISMO NO SÉCULO XXI: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA TURQUIA**

Porto Alegre

2024

HENRIQUE PRITSCH POMPERMAYER

**O SUBIMPERIALISMO NO SÉCULO XXI: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA TURQUIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Pompermayer, Henrique Pritsch
O Subimperialismo no Século XXI: Um Estudo de Caso
a Partir da Estratégia de Inserção Internacional da
Turquia / Henrique Pritsch Pompermayer. -- 2024.
62 f.
Orientador: Luiz Augusto Estrella Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Teoria Marxista da Dependência. 2. Turquia. 3.
Subimperialismo. 4. Política Externa. 5. Teoria dos
Sistemas-Mundo. I. Faria, Luiz Augusto Estrella,
orient. II. Título.

HENRIQUE PRITSCH POMPERMAYER

**O SUBIMPERIALISMO NO SÉCULO XXI: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA TURQUIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria – Orientador

UFRGS

Profª. Dra. Tatiana Vargas Maia

UFRGS

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho

UFRGS

Àqueles que resistem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos seus professores e funcionários por quatro anos de grande aprendizado humano e acadêmico, propiciado por uma instituição pública reconhecida por seu ensino gratuito e de qualidade. Nesse sentido, estendo o agradecimento ao Estado brasileiro e à sua população pelo financiamento da minha graduação.

Gostaria, igualmente, de expressar meus agradecimentos à minha família por todo o apoio emocional que recebi até hoje, em especial aos meus pais e à Lu, que tantas vezes escutou pacientemente minhas reclamações. Da mesma forma, não poderia deixar de lembrar os amigos que me acompanharam ao longo de todos esses anos: Emanuell, Kurtz, Vitor, João, Lucca, Dihonatam e demais companheiros de sessões de cinema e discussões acaloradas. Sou também extremamente grato à UFRGS pelas novas amigas que a graduação me proporcionou: Julia M., Julia H., Andrey e Pedro, com quem pude compartilhar as angústias e as alegrias que nos trouxeram os inúmeros trabalhos que fizemos juntos; Geovanne, com quem tive muitas e longas conversas sobre os mais diferentes assuntos; Paolla, Lúcio e Giulia, com quem vivi ótimos momentos e dei boas risadas. Os últimos meses de escrita desse trabalho não teriam sido os mesmos se não tivesse tido a felicidade de encontrar a Laura, a quem agradeço ainda pela ajuda com a tradução do resumo.

Por fim, deixo meus agradecimentos ao meu orientador, Luiz Augusto Faria, com cujas aulas e orientação muito pude aprender durante minha formação. Manifesto, além disso, minha gratidão por ter possibilitado meu primeiro contato com a iniciação científica, na qual fui agraciado com o recebimento de uma bolsa de pesquisa, pela qual agradeço novamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie.

(Walter Benjamin)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fundamental resgatar as contribuições da Teoria Marxista da Dependência para o estudo das relações internacionais contemporâneas, em particular o conceito de subimperialismo, conforme originalmente formulado por Ruy Mauro Marini. Adota-se, portanto, a hipótese de que o conceito permanece uma ferramenta de análise com alto poder explicativo no que diz respeito à posição de determinadas economias de posição intermediária na Divisão Internacional do Trabalho. Nessa perspectiva, apresenta-se um estudo de caso acerca da estratégia de inserção internacional da Turquia desde o período da Segunda Guerra Mundial, buscando avaliar em que medida um esquema subimperialista seria observável ainda nas primeiras décadas do século XXI. Com isso, pretende-se contemplar particularidades não necessariamente abarcadas com base apenas em sua caracterização enquanto país semiperiférico inserido em uma economia-mundo capitalista. Os resultados assim obtidos corroboram a hipótese inicial, atestando o elevado valor analítico do arcabouço teórico empregado. Desse modo, conclui-se que as categorias trabalhadas podem contribuir para a compreensão dos vínculos existentes entre as configurações de classe que alicerçam um determinado regime, a posição do Estado em questão no Sistema Internacional e a sua política externa.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência. Turquia. Subimperialismo. Política Externa. Teoria dos Sistemas-Mundo.

ABSTRACT

The present essay has as its fundamental objective to examine the contributions of the Marxist Theory of Dependency to the study of contemporary international relations, particularly the concept of sub-imperialism, as originally formulated by Ruy Mauro Marini. Therefore, the hypothesis adopted is that the concept remains an analytical tool with high explanatory power regarding the position of certain intermediate economies in the International Division of Labor. From this perspective, a case study is presented on Turkey 's strategy for international insertion since the Second World War, seeking to assess the extent to which a sub-imperialist scheme would still be observable in the first decades of the 21st century. Accordingly, we intend to consider particularities not necessarily covered based solely on its characterization as a semi-peripheral country inserted in a capitalist world-economy. The results thus obtained corroborate the initial hypothesis, attesting to the high analytical value of the theoretical framework used. Consequently, it is concluded that the approach employed can contribute to the understanding of the links between the class configurations that support a given regime, the position of the State in the International System and its foreign policy.

Keywords: Marxist Theory of Dependency. Turkey. Subimperialism. Foreign Policy. World-System Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKP	Partido da Justiça e Desenvolvimento
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-Americana
FMI	Fundo Monetário Internacional
HDP	Partido Democrático dos Povos
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
MHP	Partido de Ação Nacionalista
MUSIAD	Independent Industrialists' and Businessmen's Association
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TUSIAD	Turkish Industry and Business Association
TUSKON	Confederação de Industriais e Empresários da Turquia
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD) E O CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO	16
2.1	TEORIAS CLÁSSICAS DO IMPERIALISMO: AS CONTRIBUIÇÕES DE LÊNIN E ROSA LUXEMBURGO	16
2.2	A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	19
2.3	O CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI.....	21
2.4	DESENVOLVIMENTOS POSTERIORES EM TORNO DO CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO E APLICAÇÕES AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	23
3	A POSIÇÃO DA SEMIPERIFERIA NA TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO DE IMMANUEL WALLERSTEIN.....	30
3.1	A TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO	30
3.2	A MODERNA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.....	31
3.3	A POSIÇÃO DA SEMIPERIFERIA.....	35
4	UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA TURQUIA.....	38
4.1	GÊNESE DE UMA ASSOCIAÇÃO DEPENDENTE.....	38
4.2	APOGEU E CRISE DO ISLAMISMO NEOLIBERAL.....	41
4.3	A POLÍTICA EXTERNA DO PARTIDO DA JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO (AKP).....	49
4.4	UMA INSERÇÃO INTERNACIONAL SUBIMPERIALISTA.....	53
5	CONCLUSÃO	56

REFERÊNCIAS..... 59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a inserção de economias semiperiféricas no Sistema Internacional contemporâneo, analisada a partir do conceito de subimperialismo, entendido tanto como uma categoria analítica quanto como um fenômeno histórico, com processo de desenvolvimento próprio (Marini, 2011). Nessa perspectiva, pretende-se investigar de que modo a incorporação de categorias da economia política, como a superexploração do trabalho e a dependência, assim como a análise das configurações de classe que alicerçam um determinado regime, contribuem para um melhor entendimento de sua posição no Sistema Internacional. Da mesma forma, procura-se compreender se uma percepção inadequada acerca da natureza social de uma economia e da posição por ela ocupada no processo de acumulação de capital a nível global pode levar a análises que se atém à aparência dos fenômenos, deixando de investigar sua essência.

Para isso, adota-se como ponto de partida a seguinte interrogação: o fenômeno do subimperialismo é um padrão verificável nas estratégias de inserção internacional de diferentes economias de posição intermediária na Divisão Internacional do Trabalho ao longo das últimas décadas ou o conceito se afigura como unicamente aplicável ao contexto para o qual foi originalmente desenvolvido? Diante do problema de pesquisa delineado, emprega-se a hipótese de que o conceito de subimperialismo, conforme formulado por Ruy Mauro Marini, se apresenta como uma ferramenta de análise com alto poder explicativo no que diz respeito à posição de determinados países semiperiféricos no Sistema Internacional. Assim sendo, supõe-se que sua instrumentalização pode contribuir substancialmente para o estudo das relações internacionais contemporâneas, auxiliando na compreensão de certos casos nacionais particulares.

Nesse contexto, o objetivo geral do estudo é resgatar as elaborações teóricas formuladas no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD), sobretudo o conceito de subimperialismo, visando contribuir para a discussão acerca das estratégias de inserção internacional adotadas por economias dependentes de posição intermediária na Divisão Internacional do Trabalho. Os objetivos específicos do presente trabalho, por sua vez, são os seguintes:

- a) Examinar de que maneira as categorias formuladas no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD) podem contribuir para a compreensão do funcionamento do Sistema Internacional contemporâneo;
- b) Investigar as similaridades e diferenças entre o conceito de semiperiferia, conforme formulado por Immanuel Wallerstein no âmbito da Teoria dos Sistemas-Mundo, e o conceito de subimperialismo de Ruy Mauro Marini;
- c) Testar a aplicabilidade dos conceitos analisados à posição da Turquia no contexto geopolítico do Oriente Médio contemporâneo, buscando elucidar em que medida a categoria de subimperialismo abarca aspectos não necessariamente contemplados por sua caracterização enquanto país semiperiférico.

Diante disso, o presente trabalho adota como ponto de partida a análise dos textos clássicos no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em particular os trabalhos de Ruy Mauro Marini, tendo como objetivo compreender de que forma o conceito foi originalmente elaborado e aplicado. Além disso, realiza-se uma revisão bibliográfica em busca das principais interpretações acerca do conceito e de exemplos do seu emprego na descrição de contextos posteriores àquele para o qual foi originalmente formulado.

Em seguida, empreende-se um exame da obra do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, visando identificar a posição ocupada pela semiperiferia em sua versão da Teoria dos Sistemas-Mundo. Com essa finalidade, são apresentados os pressupostos teóricos centrais do seu trabalho, discorrendo-se sobre o funcionamento da moderna economia-mundo capitalista.

No capítulo final, procura-se apreender a estratégia de inserção internacional contemporânea da Turquia com base na interpretação da literatura produzida sobre o tema. A partir da bibliografia levantada, apresenta-se um estudo de caso, de modo a testar a aplicabilidade das categorias desenvolvidas por Marini e Wallerstein para a análise do objeto em questão, avaliando em que medida um esquema subimperialista seria observável ainda nas primeiras décadas do século XXI. Assim, pretende-se verificar se os resultados obtidos comprovam, ou não, nossa hipótese inicial.

2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD) E O CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO

A discussão acerca do conceito de subimperialismo se insere entre as formulações teóricas que se propuseram a atualizar a teoria marxista enquanto um paradigma para a compreensão do modo de produção capitalista em seu estágio imperialista, tendo se desenvolvido no contexto mais específico da tradição latino-americana da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Em vista disso, o presente capítulo inicia com uma exposição acerca das teorias clássicas do imperialismo, em particular os trabalhos de Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin. Na seção seguinte, discorre-se sobre a TMD e seus principais pressupostos. Na terceira seção, o conceito de subimperialismo é apresentado conforme desenvolvido originalmente na obra de Ruy Mauro Marini. Por fim, são apontados exemplos posteriores de utilização do conceito de Marini para o estudo de casos empíricos particulares, assim como importantes desenvolvimentos teóricos realizados com base em seu trabalho.

2.1 TEORIAS CLÁSSICAS DO IMPERIALISMO: AS CONTRIBUIÇÕES DE LÊNIN E ROSA LUXEMBURGO

Entre os textos clássicos que estabeleceram as bases para a análise acerca da natureza do imperialismo, pode-se mencionar o estudo pioneiro do economista britânico John A. Hobson, *Imperialism: A Study*, publicado em 1902, o livro *A Acumulação do Capital*, publicado originalmente por Rosa Luxemburgo em 1913 e o ensaio *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, publicado pelo revolucionário russo Vladimir Ilitch Lênin em 1917 (Hunt; Lautzenheizer, 2013).

Conforme destacado por Rosa Luxemburgo (2021) no prólogo de *A Acumulação do Capital*, seu trabalho teve como ponto de partida dificuldades enfrentadas pela autora para a exposição do processo que rege a acumulação capitalista e seus limites em sua *Introdução à Economia Política*, obra em que discorre acerca do pensamento econômico de Marx. Identificando tal impasse com um problema teórico constatado no segundo volume de *O Capital*, por ela considerado como estando estreitamente vinculado com o substrato econômico do

imperialismo, Luxemburgo buscou investigar o fenômeno de modo a fornecer um fundamento teórico para o combate às políticas imperialistas.

Assim, a partir do exame do esquema marxista de reprodução ampliada, conclui pela impossibilidade da realização do mais-valor destinado à capitalização, dada a hipótese de um domínio total do modo de produção capitalista, com uma sociedade formada unicamente por capitalistas e trabalhadores assalariados. Nesse sentido, afirma que o esquema, devido aos pressupostos adotados, acaba por desconsiderar a contradição intrínseca entre a expansão potencialmente ilimitada das forças produtivas e os limites colocados pela distribuição capitalista à expansão do consumo social, apontada pelo próprio Marx no livro III de *O Capital*. Diante disso, Luxemburgo assinala que a solução para o impasse teórico colocado, implícita nos escritos marxianos, residiria no fato de que tal realização somente poderia ocorrer por meio de compradores pertencentes a economias pré-capitalistas (Luxemburgo, 2021).

Além de *locus* de realização de mais-valor, esses espaços se configurariam como fontes de elementos de produção essenciais, levando o capital a extrair “os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de cultura e formas sociais” (Luxemburgo, 2021, p. 355). No entanto, as formas de produção social não capitalistas necessárias à conformação de um meio ambiente do qual depende a acumulação capitalista não podem servir a tal finalidade enquanto se conservarem como “economias naturais”, resultando em um movimento destrutivo do capital contra tais sociedades. Esse processo estaria orientado por quatro objetivos econômicos:

1. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc.
2. “Libertar” operários e obrigá-los a trabalhar para o capital.
3. Introduzir a economia de mercado.
4. Separar a agricultura do artesanato (Luxemburgo, 2021, p. 366).

Diante disso, a autora elenca, como métodos específicos da fase imperialista da acumulação capitalista: os empréstimos externos, a concessão de estradas de ferro, revoluções e a guerra. Acerca dos empréstimos internacionais, aponta para a contradição fundamental de serem, ao mesmo tempo, elemento incontornável para a emancipação dos Estados que visam a se tornar capitalistas e instrumento poderoso de controle nas mãos das economias imperialistas. Ressalta, ainda, o papel central desempenhado pelo militarismo enquanto uma arma da disputa pela conquista de territórios habitados por sociedades pré-capitalistas e um potente campo para a

realização do mais-valor. A partir das conclusões derivadas de sua obra, Luxemburgo postula que o capitalismo, “ao mesmo tempo em que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento”, sendo “o exemplo de uma contradição histórica viva”, que a partir de determinado estágio somente poderá ser resolvida por meio da adoção de uma forma de organização econômica socialista (Luxemburgo, 2021, p. 469).

Vladimir Lênin (2021), por sua vez, escreveu o ensaio *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* em 1916, durante seu exílio na Suíça. Concebendo-o como um panfleto de divulgação ao público, buscou se contrapor à tese segundo a qual seria possível a constituição da paz entre as principais nações imperialistas a partir da formação de uma grande aliança “ultraimperialista”, resultando em uma exploração conjunta do mundo. Tal concepção, então defendida no âmbito da Segunda Internacional pela corrente que tinha Karl Kautsky como representante mais eminente, ignoraria as contradições fundamentais do capitalismo monopolista, desvinculando as políticas adotadas pelas nações imperialistas de seus fundamentos econômicos (Lênin, 2021).

Assinalando que, ao contrário de atenuar as desigualdades econômicas internacionais, a predominância do capital financeiro tende a exacerbá-las, o autor afirma que alianças desse tipo não poderiam ser mais do que tréguas entre períodos de guerra. Assim, entendendo o imperialismo como a forma assumida pelo capitalismo em sua fase monopolista, elenca os cinco elementos centrais que, de um ponto de vista estritamente econômico, caracterizariam o fenômeno:

- 1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas (Lênin, 2021, p. 114).

Desse modo, o mundo passaria a estar dividido entre poucos Estados rentistas, marca do “capitalismo parasitário e em decomposição” (Lênin, 2021, p. 128) e o restante dos países deles devedores. Na perspectiva leninista, tal quadro tenderia a gerar conflitos interimperialistas, dos quais a Primeira Guerra Mundial seria um caso exemplar, sendo tais conflagrações “absolutamente inevitáveis *enquanto* subsistir a propriedade privada dos meios de produção” (Lênin, 2021, p. 26). Ao mesmo tempo, o aprofundamento das contradições inerentes ao modo de

produção capitalista prepararia o terreno para a sua derrocada e substituição por uma formação superior (Lênin, 2021).

2.2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) é considerada por Mathias Luce (2014) como parte de um esforço de atualização das teorias do imperialismo à luz das transformações ocorridas na economia internacional após a Segunda Guerra Mundial, ao lado das elaborações teóricas de Kwame Nkrumah sobre o “neocolonialismo” e de Harry Magdoff sobre o “imperialismo sem colônias”, destacando-se como uma contribuição própria dos intelectuais latino-americanos a esse debate. Tendo como principais expoentes pensadores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, a TMD é classificada por Claudio Katz (2021a) como uma das três vertentes das Teorias da Dependência desenvolvidas durante as décadas de 1960 e 1970, sendo em grande medida fruto do impacto da Revolução Cubana sobre a intelectualidade da América Latina. Nesse sentido, o autor contrapõe tanto a TMD quanto os escritos de André Gunder Frank em torno da relação “metrópole-satélite” no sistema capitalista às concepções de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência, autor referência de uma terceira tradição, incapaz de reconhecer os limites impostos pelo capitalismo ao desenvolvimento dos países dependentes (Katz, 2021a).

Desse modo, a TMD foi um capítulo fundamental de uma ampla discussão acerca dos rumos do subcontinente e de nossa posição enquanto economias periféricas inseridas em um Sistema Internacional capitalista. No entanto, como assinala Fernando Correa Prado (2011), a censura da qual foi objeto parte considerável da obra desses autores durante o regime instaurado em 1964, combinada com uma certa hegemonia da interpretação de Fernando Henrique Cardoso acerca do fenômeno da dependência entre a intelectualidade brasileira, acabaram por relegar a segundo plano as contribuições analíticas fundamentais da TMD, gerando um empobrecimento do debate, com consequências políticas nefastas.

Em seu clássico ensaio *Dialética da Dependência*, publicado originalmente em 1973, Ruy Mauro Marini assinala as particularidades apresentadas pelas economias latino-americanas no interior da totalidade que constitui o modo de produção capitalista, sendo, portanto, uma variedade “*sui-generis*” de capitalismo, não uma formação de tipo pré-capitalista. Nessa

perspectiva, o autor define a dependência como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2017a, p. 327). Sendo assim, sua superação dependeria, necessariamente, da abolição das relações de produção em que está estruturada.

Theotônio dos Santos, por sua vez, descreve a história das nações dependentes como estando marcada pelas pressões por parte das nações centrais no sentido de um ajustamento às suas demandas, gerando tentativas, em geral sem sucesso, de contornar as limitações impostas por esse quadro. Assim, elenca a “produção especializada para o mercado internacional, exploração intensiva da mão de obra e baixa remuneração” como um “trio constante da dependência” (Santos, 2021, p. 21). No entanto, o autor pontua que a situação condicionante da dependência, qual seja, o domínio realizado por outras economias sobre o país dependente, não determina, em última instância, a natureza das sociedades dominadas, sendo essa natureza determinada pelas forças internas que as compõem. Nesse sentido, afirma ser “o caráter destas forças internas que explica a sua situação dependente e também a sua capacidade de enfrentamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam” (Santos, 2021, p. 22).

Analisando as contradições inerentes à dependência da América Latina, Marini (2017a) aponta que é apenas em meados do século XIX que o subcontinente pode ser considerado como estando plenamente integrado à economia capitalista global no âmbito de uma verdadeira Divisão Internacional do Trabalho, permitindo, assim, que o processo de acumulação nos países centrais passe a estar centrado na produção de mais-valor relativo, não mais de mais-valor absoluto. Esse processo ocorre graças ao barateamento dos bens necessários à reprodução da classe trabalhadora das nações industrializadas, possibilitado pelas exportações latino-americanas. Estas, porém, estão baseadas em uma elevação do nível de exploração do trabalho, utilizada para contrabalançar as transferências de valor operadas no mercado internacional a partir dos mecanismos de troca desigual de que se valem as nações centrais. Nesse contexto, o autor aponta três ferramentas por meio das quais se constitui a superexploração do trabalho: o aumento da sua intensidade; o prolongamento das jornadas de trabalho; e a restrição do consumo dos trabalhadores para além do mínimo necessário para a reposição da sua própria força de trabalho (Marini, 2017a).

Diante desse cenário, a produção latino-americana ocorre independentemente da capacidade interna de consumo dessas sociedades, ocorrendo no ciclo de capital próprio às economias dependentes uma cisão ainda mais violenta entre as esferas da produção e da circulação de mercadorias. Com isso, o mercado externo se apresenta como o espaço necessário para a sua realização, ao mesmo tempo em que a demanda das classes capitalistas dos países dependentes é atendida fundamentalmente por meio de importações oriundas dos países industrializados (Marini, 2017a).

2.3 O CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI

No que diz respeito especificamente ao conceito de “subimperialismo”, o cerne de sua elaboração se encontra nos trabalhos desenvolvidos por Marini nas décadas de 1960 e 1970. Ao longo dos ensaios reunidos em seu clássico livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, publicado originalmente no México em 1969, onde o autor esteve exilado após o golpe militar de 1964, o conceito é aplicado ao estudo do regime político então vigente no Brasil. Entre os principais méritos da obra, está a análise da dinâmica brasileira a partir de suas configurações econômicas, políticas e sociais, articulando de forma rigorosa elementos históricos conjunturais com a posição dependente da economia nacional no que diz respeito à sua posição na estrutura global do sistema capitalista, partindo do pressuposto teórico de que “apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina” (Marini, 2017b, p. 47).

Nesse sentido, merece destaque o ensaio *A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*, esforço de explicação sistemática da natureza social do regime instaurado no Brasil a partir do desenvolvimento de suas contradições internas, entendendo-se o golpe militar e seus desdobramentos como consequência da “evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira rumo à aceitação consciente de sua integração ao imperialismo estadunidense” (Marini, 2017b, p. 121). Sendo assim, Marini aponta como elemento distintivo da política externa implementada com o governo de Castelo Branco a assunção de uma posição estratégica para a expansão do imperialismo estadunidense na América Latina, colaborando-se ativamente para isso, muito embora esse fato não se traduza necessariamente em uma aceitação passiva das determinações norte-americanas (Marini, 2017b).

No artigo intitulado *La acumulación capitalista mundial y el Subimperialismo*, publicado originalmente em 1977, Marini dá continuidade às suas elaborações teóricas anteriores, buscando avançar rumo à compreensão do fenômeno do subimperialismo em seus traços constitutivos fundamentais. Para isso, procura esclarecer sua relação com o estabelecimento do imperialismo norte-americano como o centro hegemônico incontestável do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, explorando as consequências de tal processo para as economias periféricas de capitalismo dependente. Nesse contexto, o autor assinala que, partindo de um elevado grau de monopolização, o capital privado norte-americano atuou no sentido de ampliar a esfera de acumulação sobre o seu controle, engendrando uma integração dos diferentes sistemas de produção nacionais sob a égide do poderio político e econômico do imperialismo estadunidense. Diante desse cenário, Marini questiona a tese segundo a qual haveria uma permanência pura e simples de uma Divisão Internacional do Trabalho baseada na dicotomia entre países avançados industrializados e nações periféricas exportadoras de bens primários, chamando a atenção para o surgimento de economias capitalistas com um grau intermediário de composição orgânica do capital (Marini, 2011).

Analisando a conjuntura latino-americana do período, descreve de que modo o capital estrangeiro retoma o controle das parcelas dos sistemas produtivos nacionais que haviam sido objeto de uma industrialização substitutiva de importações a partir da década de 1920. Entre as consequências desse processo, estariam uma forte centralização do capital e uma elevação das taxas de desemprego, devido tanto às migrações internas geradas pelo desenvolvimento capitalista no campo quanto pelo aumento da composição orgânica de capital média e pelos limites à expansão dos investimentos, resultando em um exército industrial de reserva que exerce pressão considerável para a redução do nível salarial das classes trabalhadoras. Em economias caracterizadas por um mercado interno limitado e uma violenta concentração de renda, a produção industrial que não consegue se realizar por meio do consumo das classes médias e altas dependeria em parte da demanda criada e incentivada artificialmente pelo Estado, mas também do mercado externo, que se apresenta como meio de contornar essas restrições de caráter estrutural (Marini, 2011).

No entanto, tomando como exemplo o caso das indústrias maquiladoras, Marini afirma não ser a exportação de manufaturas um elemento que bastaria por si só para classificar determinada formação econômica como subimperialista. Etapa de um ciclo de reprodução do

capital cujo centro se encontra em uma nação imperialista, as maquilas seriam melhor entendidas como um caso de “anexação econômica” do que de subimperialismo. Do mesmo modo, nem toda subpotência seria, por definição, subimperialista. Na definição do autor, o subimperialismo seria “a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (Marini, 2011, p. 208, tradução própria), tendo como componentes fundamentais um nível intermediário de composição orgânica do capital combinado a uma “política expansionista relativamente autônoma”, ou seja, ainda submetida à hegemonia do imperialismo. Dessa forma, ao aceitarem essa subordinação, as burguesias dos países dependentes atuam, contraditoriamente, em prol do reforço de seus Estados nacionais, que passam a gerenciar a economia em uma aglomeração com o capital nacional e estrangeiro (Marini, 2011).

Nesse sentido, apenas o Brasil seria um caso exemplar de subimperialismo entre as economias latino-americanas da época, assim como o Irã e Israel no Oriente Médio. Porém, Marini ressalta que o caráter subimperialista do Brasil não pode ser corretamente compreendido apenas em sua dimensão econômica, devendo-se ter em vista elementos sistêmicos a nível mundial e os desdobramentos políticos internos da luta de classes que levaram à instauração do regime “tecnocrático-militar” em 1964. Nessa perspectiva, são mencionadas as medidas adotadas no período para a constituição de um verdadeiro mercado de capitais no Brasil, com 82,3% do capital estrangeiro privado sendo destinado à indústria manufatureira. Além disso, o autor aponta para a necessidade de, além de considerá-lo uma categoria analítica, apreender o conceito de subimperialismo enquanto um fenômeno histórico, com processo de desenvolvimento próprio (Marini, 2011).

2.4 DESENVOLVIMENTOS POSTERIORES EM TORNO DO CONCEITO DE SUBIMPERIALISMO E APLICAÇÕES AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Milton Santos (2017), em artigo intitulado *Subimperialismo, na visão de um geógrafo*, publicado originalmente no Canadá em 1975, procurou explorar as aproximações entre a categoria elaborada por Marini e o seu próprio conceito de “países subdesenvolvidos industrializados”. Considerando que a definição de subimperialismo abarca “tanto uma teoria da ciência política quanto uma explicação de política econômica, tão bem como um novo esforço de reinterpretação histórica e prospectiva” (Santos, 2017, p. 180), o geógrafo elenca três elementos

cuja combinação se lhe afigurava como traço definidor do fenômeno: a concentração produtiva e da renda, resultando na superexploração do trabalho; a intensificação da necessidade de recurso ao setor externo; e a geração de crises com a subsequente demanda por novas modalidades de consumo estatal, possibilitando a ampliação de mercados para as indústrias de bens de capital.

Como uma contribuição notável do texto, pode-se mencionar a análise da organização espacial interna aos países subimperialistas. Nesse sentido, em uma segunda fase do que o autor denomina “período tecnológico”, novos fatores se somam ao processo de importação da Divisão Internacional do Trabalho nas economias dependentes, como o desenvolvimento da exportação de mercadorias manufaturadas. Nesse estágio, o crescimento econômico nos espaços urbanos se dissocia do restante do território nacional. Dessa forma, o espaço passa a estar organizado a partir do “jogo dialético dos fatores de concentração e dispersão” (Santos, 2017, p. 184), com os monopólios como uma força concentradora, a disseminação de informação e consumo como elemento de dispersão e o Estado em uma posição intermediária.

Nesse contexto, movimentos na direção de reafirmar uma determinada ideologia do crescimento como motor do desenvolvimento tenderiam a drenar os recursos disponíveis aos fatores de dispersão. Por isso, em nações subimperialistas, os processos de monopolização da economia e a penetração das firmas multinacionais andariam lado a lado com as consequências nefastas da macrocefalia urbana, como o desemprego e a marginalização. Assim, se verificaria “uma certa solidariedade entre os crescimentos urbano, demográfico e espacial, e o externamente orientado crescimento econômico urbano monopolista” (Santos, p. 184).

Entre as contribuições recentes para a discussão acerca das formulações de Marini, se destaca o esforço empreendido por Mathias Luce no artigo *O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente* no sentido de sistematizar os elementos constitutivos fundamentais que permitiriam a apresentação de uma teoria geral do subimperialismo. Nessa perspectiva, Luce considera o subimperialismo como o resultado histórico do atingimento, por parte de certas economias dependentes, de um nível intermediário de composição orgânica do capital em paralelo à sua financeirização e monopolização nas décadas de 1960 e 70, passando a dispor de um grau de autonomia relativa e a se apropriar do mais-valor gerado em determinadas nações periféricas, sem que disso resultem ganhos para seus trabalhadores nacionais. Assim, se constituiria uma nova “divisão sub-regional do trabalho” nas áreas de influência dos países

subimperialistas. Diante disso, o autor elenca cinco elementos necessários para que um país dependente industrializado possa assumir uma feição subimperialista, sendo eles:

a) a ascensão de um país dependente [...] para a condição de subcentro regional respondendo pelas pautas da acumulação mundial, ao se converter em subcentro da indústria pesada com certa escala da produção interna e certo grau de operação do capital financeiro; b) a unidade entre frações burguesas, por meio do deslocamento das suas contradições internas; c) a formulação de um projeto nacional subimperialista; d) a formação de trustes capitalistas nacionais, com a atuação do Estado como instrumento de intermediação na vinculação da economia dependente ao imperialismo; e e) a condição de economia dependente que não apenas apresenta transferência de valor para as economias imperialistas, mas também se apropria de valor das nações mais débeis. (Luce, 2014, p. 52-53).

Tratando do contexto contemporâneo, Luce considera que as indústrias extrativas vieram a desempenhar o papel antes exercido pela indústria de transformação como o cerne da economia subimperialista brasileira, ainda marcada por grandes trustes capitalistas nacionais. Conjuntamente com o capital financeiro e segmentos industriais remanescentes do período anterior, em especial no setor automobilístico, teriam gerado uma nova configuração da nossa pauta de exportação. Além do Brasil, o autor menciona a África do Sul, Israel e a Índia como nações subimperialistas contemporâneas, considerando a China e a Rússia, por sua vez, como dois casos particulares de imperialismo. No entanto, os motivos que o levaram à classificação apresentada permanecem pouco claros (Luce, 2014).

No que diz respeito ao caso brasileiro, o argumento de Luce é desenvolvido com maior profundidade em sua dissertação, *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*, publicada em 2007 (Luce, 2007). Nela, o autor adota as elaborações teóricas de Marini como ponto de partida para analisar a atuação do Estado brasileiro nos processos de integração econômica da América Latina na primeira década dos anos 2000. Nessa perspectiva, Luce questiona as interpretações segundo as quais a superação da postura de subordinação aos interesses estadunidenses verificada na década anterior teria levado a um enfrentamento destes em nome dos interesses nacionais do Brasil.

Afirma, assim, terem sido negligenciadas em muitas dessas análises variáveis de grande relevância, como a continuidade do processo de desnacionalização da economia brasileira, a reprodução de mecanismos de intercâmbio desigual na região por meio dos princípios livre-cambistas atrelados ao modelo de regionalismo aberto e os pontos de convergência existentes entre as políticas do Brasil e dos Estados Unidos ao longo do período. Por isso, considera ter sido ignorado “o avanço da inserção regressiva da economia brasileira no mercado mundial, bem

como sua posição ambivalente entre os interesses dos países periféricos e a agenda dos Estados dominantes” (Luce, 2007, p. 36).

Diante disso, o autor identifica a existência de uma cooperação antagônica, havendo divergências entre os modelos de integração distintos representados pelos projetos da ALCA e da ALCSA, os quais, no entanto, estariam em ambos os casos inseridos em uma perspectiva de livre comércio que atenderia aos interesses das megaempresas em atuação na região. Desse modo, o aprofundamento da integração durante o governo Lula teria beneficiado tanto a burguesia brasileira quanto o capital norte-americano aqui investido. Esse elemento contraditório das relações entre o Brasil e os Estados Unidos não se restringiria à agenda de liberalização econômica, sendo também percebido em relação à estabilização regional. Nesse sentido, o Estado brasileiro consideraria a América do Sul como sua esfera de influência, sendo contrário a ingerências externas, em especial de natureza militar, embora evitasse criticá-las abertamente. Ao mesmo tempo, o papel mediador desempenhado pelo Brasil em determinadas contendas regionais estaria de acordo com as expectativas norte-americanas. Entretanto, a análise qualitativa realizada para a caracterização do quadro de cooperação antagônica adota um número relativamente limitado de variáveis, em cuja seleção, como o próprio Luce ressalta, haveria inevitavelmente um certo grau de arbitrariedade (Luce, 2007).

Tratando das relações comerciais do Brasil com os demais países sul-americanos, o autor aponta para o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como um “braço econômico da política externa brasileira” (Luce, 2007, p. 77), destacando sua adesão à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nessa perspectiva, pontua que a carteira de recursos AEX/DECEX 5 estabeleceu a contratação exclusiva de empresas brasileiras e a compra no mercado brasileiro da totalidade dos equipamentos necessários como condicionantes para a realização de financiamentos.

Assim, tendo em vista a intensificação da concorrência internacional a partir da abertura da economia brasileira nos anos 1990, o entorno regional torna-se, para as empresas nacionais, um lócus privilegiado para a realização de seu capital. Além disso, Luce menciona, no âmbito da IIRSA, a busca por vantagens tanto em acesso a recursos naturais quanto em termos logísticos, sendo este aspecto predominante no caso do Uruguai e da Argentina, enquanto aquele se mostra um elemento de grande importância na Bolívia, no Equador e no Peru. Dessa forma, o autor identifica o aprofundamento de um sistema de intercâmbio desigual na América do Sul, cuja

principal variável, a especialização produtiva desigual, permanece apesar da tentativa, por meio de medidas como o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), de se minorar os saldos comerciais negativos dos países vizinhos para com o Brasil (Luce, 2007).

Portanto, Luce conclui que, no período analisado, haveria a manifestação de uma modalidade distinta de subimperialismo brasileiro, baseada não mais na coerção, mas fundamentalmente no consenso. As diferentes políticas pautadas pelo objetivo declarado de se reduzir assimetrias regionais, por sua vez, conformariam o caráter social-liberal dessa nova forma assumida pelo fenômeno (Luce, 2007). Porém, permanecem importantes lacunas a serem melhor desenvolvidas para que se possa afirmar peremptoriamente o caráter subimperialista da estratégia de inserção internacional então adotada pelo Brasil, como, por exemplo, uma análise das dinâmicas políticas e econômicas internas, assim como da natureza social do regime e das configurações de classe que o sustentavam, a exemplo do que foi realizado por Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução*. Nesse sentido, seria impreterível tratar da questão da superexploração do trabalho, elemento basilar para a conformação de uma economia subimperialista.

Outro exemplo de aplicação do conceito de Marini à análise das relações internacionais contemporâneas é o artigo *O subimperialismo no Oriente Médio*, publicado pelo economista argentino Claudio Katz em 2021. Nele, o autor considera que o advento do neoliberalismo na região intensificou a importância estratégica do petróleo no cenário internacional e levou a um recrudescimento de problemas sociais como a desigualdade, a precarização e o desemprego, ao mesmo tempo em que fortaleceu classes capitalistas locais em países de posição intermediária na Divisão Internacional do Trabalho. Assim, a busca por ampliar a lucratividade dos capitais de suas burguesias nacionais estaria impulsionando determinados Estados da região a adotarem políticas expansionistas tipicamente subimperialistas. Nesse contexto, o autor analisa os casos da Turquia, do Irã e da Arábia Saudita, considerados exemplos de regimes com uma postura internacional belicosa e burocracias militarizadas, os quais instrumentalizariam elementos religiosos na disputa por poder e acesso a recursos (Katz, 2021b).

De acordo com Katz, a Turquia seria a principal manifestação de uma política subimperialista na região. Economia dependente de nível médio com longo histórico de autonomia política, o país é um braço da OTAN no Oriente Médio, sem que isso signifique uma renúncia à adoção de práticas expansionistas regionais próprias, resultando em uma relação

contraditória com Washington. Buscando conciliar os interesses contraditórios dos setores atlantistas e euroasiáticos da burguesia turca, a estratégia oscilante de Erdogan seria o reflexo de um equilíbrio transitório em um país cujas forças produtivas estão aquém de suas aspirações geopolíticas.

Já a Arábia Saudita não possuiria um histórico subimperialista, sendo tradicionalmente um elo da dominação estadunidense. Porém, esse quadro estaria se alterando devido à conjugação de uma série de fatores, entre os quais o incremento do seu poderio econômico e a disputa estratégica com a Turquia e com o Irã. Nesse cenário, concomitantemente a seus avanços militaristas e à promoção de investimentos em outros países da região, as relações do regime com seu aliado histórico se deslocariam para a esfera da cooperação antagônica.

No que diz respeito ao Irã, o autor pontua que até a Revolução Islâmica o país era um caso exemplar de subimperialismo. No entanto, seria possível verificar em sua estratégia contemporânea tanto aspectos que corroboram uma possível posição subimperialista quanto traços que a contradizem. Assim, ao mesmo tempo em que executa políticas expansionistas e se envolve em disputas geopolíticas com outros polos regionais de poder, atuando em apoio a setores da sua classe capitalista nacional fortemente vinculados às altas esferas do Estado, sua prioridade é a defesa contra o cerco arquitetado por Washington, eliminando um dos elementos basilares da condição subimperial (Katz, 2021b).

Patrick Bond, por sua vez, em artigo publicado em 2013, intitulado *Sub-imperialism as Lubricant of Neoliberalism: South African 'deputy sheriff' duty within BRICS*, considera que o status subimperialista que caracterizou a África do Sul durante a vigência do regime de apartheid se manteve após 1994, apesar das mudanças ocorridas desde o processo de democratização do país. Nessa conjuntura, aponta para a desregulamentação financeira ocorrida, a qual teria permitido que as sedes financeiras de importantes empresas sul-africanas migrassem para Londres, Nova Iorque e Melbourne, enquanto Joanesburgo desempenha o papel de plataforma local para grandes multinacionais interessadas em investir na região sul do continente africano no contexto do início do século XXI.

Diante desse cenário, o autor afirma que “a vergonhosa configuração local de dinâmicas de acumulação, formação de classes parasitária e políticas nacionalistas degenerativas não puderam ser disfarçadas pelas narrativas ocasionalmente esquerdistas empregadas por Pretória ao se voltar para o exterior” (Bond, 2013, p. 256, tradução própria). Cabe ressaltar, porém, que, ao

classificar as nações que compõem os BRICS como “colaboradores decisivos do imperialismo” (Bond, 2013, p. 251, tradução própria) e descrever o bloco como um ator subimperialista orientado por uma agenda de disseminação do neoliberalismo em escala global, Bond acaba por desconsiderar a complexidade das disputas geopolíticas em curso tanto a nível sistêmico quanto no próprio continente africano (Bond, 2013).

3 A POSIÇÃO DA SEMIPERIFERIA NA TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO DE IMMANUEL WALLERSTEIN

O presente capítulo contém uma exposição acerca da obra de Immanuel Wallerstein, tendo como objetivo identificar o papel desempenhado pela semiperiferia em sua Teoria dos Sistemas-Mundo. Em sua seção inicial, são investigadas as origens históricas e os pressupostos teóricos por trás das formulações do autor. Na segunda seção, discorre-se sobre o funcionamento da moderna economia-mundo capitalista. Por fim, é discutida a posição ocupada pelos Estados semiperiféricos no interior de tal sistema.

3.1 A TEORIA DOS SISTEMAS-MUNDO

Conforme apresentado pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (2005) em sua exposição acerca das origens históricas da Teoria dos Sistemas-Mundo no livro *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*, seu surgimento enquanto uma nova perspectiva no campo das ciências humanas pode ser situado na etapa inicial da década de 1970. Nesse contexto, o autor a posiciona como uma sucessora de quatro importantes debates desenvolvidos no período do pós-guerra: as elaborações cepalinas em torno da divisão centro-periferia e a posterior formulação da Teoria da Dependência; a discussão no interior de círculos marxistas a respeito do conceito de “modo asiático de produção”; as controvérsias entre diferentes historiadores europeus em torno da transição do feudalismo para o capitalismo; e a emergência da Escola dos *Annales* no âmbito da historiografia (Wallerstein, 2005).

Para Wallerstein, a análise dos sistemas-mundo aparece como uma síntese de três elementos críticos em relação às ciências sociais hegemônicas de sua época: a substituição do Estado-nação enquanto unidade fundamental de análise; o enfoque nas diversas temporalidades sociais com a incorporação da dimensão da *longue durée* braudeliana; e a adoção de uma perspectiva unidisciplinar diante das tradicionais divisões entre diferentes áreas das ciências humanas. Dessa forma, os “sistemas históricos” tornam-se objeto de estudo, posição comumente ocupada por unidades estatais. Tais sistemas poderiam ser divididos em três tipos historicamente verificáveis: minissistemas, economias-mundo e impérios-mundo. Nesse sentido, classificou-se o sistema-mundo moderno como uma economia-mundo de natureza capitalista, adotando-se as

formulações teóricas de Raúl Prebisch como ponto de partida para o diagnóstico de que tal sistema estaria marcado por uma divisão axial do trabalho entre processos produtivos centrais e periféricos. Wallerstein ressalta, porém, que as categorias de “centro” e “periferia” não podem ser compreendidas como conceitos com significado próprio, somente podendo ser entendidas a partir de um ponto de vista relacional (Wallerstein, 2005).

A incorporação da dimensão da *longue durée* conforme colocada por Fernand Braudel teria, por sua vez, sido fundamental na medida em que se referia, para os teóricos do sistema-mundo, à duração de um determinado sistema histórico. Nessa perspectiva, o autor aponta que tal preocupação com um enfoque estrutural do tempo acentuava uma concepção histórica da ciência social, em contraposição a pressupostos generalistas de caráter atemporal. Tendo em vista a natureza simultaneamente histórica e sistêmica desse objeto de estudo, Wallerstein afirma que o “composto Tempo-Espaço” não poderia ser considerado algo externo à realidade social, mas “construções reais que se encontram em constante evolução e cuja construção é parte componente da realidade social que analisamos” (Wallerstein, 2005, p. 39, tradução própria). Já a unidisciplinariedade da Teoria dos Sistemas-Mundo se manifestaria no fato de suas análises buscarem o ponto de vista da totalidade por meio de um único marco analítico, rejeitando as divisões entre domínios exclusivos de diferentes disciplinas das ciências humanas (Wallerstein, 2005).

3.2 A MODERNA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

As origens da economia-mundo capitalista moderna remontariam ao século XVI, configurando um sistema-mundo inicialmente restrito a determinadas áreas dos continentes europeu e americano, vindo a se expandir progressivamente ao ponto de englobar todas as regiões do planeta. Dado seu caráter sistêmico, sua evolução seria uma consequência predominantemente de sua própria dinâmica interna, principal variável explicativa para seus componentes estruturais, cuja manifestação se daria em padrões cíclicos de movimento, elementos constitutivos das tendências de longo-prazo do sistema. Desse modo, tais tendências o conduziriam a um ponto em que os desequilíbrios causados por tais movimentos estruturais tornam-se irreparáveis, levando à sua derrocada (Wallerstein, 2000b, 2005).

Partindo do pressuposto de que o principal fator estruturante de uma economia-mundo é sua divisão de trabalho interna, Wallerstein assinala que tais sistemas não tendem a uma homogeneização política ou cultural. Ademais, uma estrutura política de tipo unitário seria contrária à própria lógica do sistema na medida em que iria na contramão dos interesses das classes capitalistas, dada a sua necessidade simultânea de grandes mercados e de múltiplas unidades estatais, permitindo a obtenção de vantagens por meio da aproximação com determinados Estados, além de reduzir sua vulnerabilidade em face do poder de Estados contrários aos seus interesses (Wallerstein, 2005). Assim, o autor aponta que a divisão da economia-mundo capitalista em posições centrais, periféricas e semiperiféricas já se havia consolidado em torno de 1640, devido à convergência de diferentes interesses no sentido da construção de fortes mecanismos estatais no noroeste da Europa, em contraste com as regiões periféricas. Diante disso, a transferência de valor para as áreas centrais do sistema seria um traço fundamental do capitalismo em seu estágio agrícola assim como em seu estágio industrial (Wallerstein, 2000a).

Nesse contexto, a relação entre centro e periferia estaria definida pelas taxas de lucro dos processos produtivos, em relação direta com o seu grau de monopolização, havendo um controle próximo ao nível monopolístico no caso dos processos centrais. Por conseguinte, os processos periféricos, com elevado grau de competitividade, se encontrariam em uma posição de fragilidade. O intercâmbio desigual se caracterizaria, então, por mecanismos de troca por meio dos quais as áreas produtoras de mercadorias cujos processos produtivos sejam relativamente mais escassos vendam seus produtos ao mesmo preço que bens com maior custo incorporado, oriundos de regiões periféricas. Ao longo da história do capitalismo, os Estados centrais teriam se valido do seu poder para constranger os Estados periféricos no sentido da manutenção da predominância, em seus territórios, de processos produtivos marcados por um maior grau de exploração da força de trabalho. Assim, a moderna economia-mundo capitalista estaria marcada por uma forte hierarquia salarial entre as suas distintas áreas (Wallerstein, 2001, 2005).

No entanto, Wallerstein (2005) ressalta que o uso dos termos “central” e “periférico” em referência a Estados é adequado apenas na medida em que os processos produtivos aos quais, na realidade, se faz referência tendem a se concentrar, no caso dos processos centrais, em alguns poucos Estados, enquanto, no caso dos processos periféricos, costumam predominar em um grande número de Estados. Além da troca desigual, o autor menciona a prática da pilhagem como

um meio de transferência de valor em direção aos Estados mais poderosos da economia-mundo, particularmente significativo em períodos de expansão do sistema em direção a outras áreas do globo. Porém, diferentemente do intercâmbio desigual, tal método possuiria a desvantagem de ser, por natureza, autodestruidor (Wallerstein, 2005).

Tratando das consequências políticas do exercício da soberania na economia-mundo capitalista, o autor enumera, ainda, sete formas de exercício do poder estatal com implicações diretas sobre os interesses dos agentes privados capitalistas:

- 1) Os Estados impõem as regras sobre o intercâmbio de mercadorias, capital e trabalho, e em que condições podem cruzar suas fronteiras;
- 2) Criam as leis concernentes aos direitos de propriedade dos Estados;
- 3) Criam as regras concernentes ao emprego e à remuneração dos trabalhadores;
- 4) Decidem os custos que as empresas devem assumir;
- 5) Decidem quais tipos de processos econômicos devem ser monopolizados e até que ponto;
- 6) Cobram impostos;
- 7) Por último, quando as empresas estabelecidas dentro de suas fronteiras podem se ver afetadas, podem usar seu poder em direção ao exterior para afetar as decisões de outros Estados (Wallerstein, 2005, p. 68-69, tradução própria).

Essa influência sobre a tomada de decisão de outros Estados, mesmo que formalmente soberanos, possibilitaria às unidades estatais centrais forçar Estados periféricos a aceitar a ocupação de postos de poder por indivíduos simpáticos aos seus interesses. Ao mesmo tempo, os constrangeria a atuar conjuntamente na imposição das suas vontades políticas sobre outros Estados enfraquecidos. Tal subordinação se estenderia ainda para as esferas das práticas culturais, das organizações e tratados internacionais e dos fluxos de capital, mediante os quais as economias periféricas obteriam a proteção dos Estados centrais. No que diz respeito às relações entre os Estados fortes, Wallerstein descreve a coexistência de dois impulsos com orientação contrária: a necessidade compartilhada de manutenção das características fundamentais da economia-mundo como um todo e a competição pela hegemonia no interior desse mesmo sistema. Dessa forma, este tende a se caracterizar por uma série de estruturas de posição intermediária entre a anarquia e a coerência (Wallerstein, 2005).

Em adição à existência de uma divisão axial do trabalho entre regiões centrais e periféricas, o sistema-mundo moderno teria na relação contraditória entre a ideologia universalista e o racismo-sexismo outro elemento basilar para a sua lógica de funcionamento. Por um lado, a crença universalista na perseguição de verdades absolutas por meio da ciência, levando a um constante aprimoramento tecnológico, político e social, estaria no cerne de uma cultura burguesa progressivamente disseminada pelo globo. Por outro lado, a discriminação de diferentes setores da força de trabalho em estruturas hierárquicas é um elemento imprescindível

para o processo de acumulação de capital a nível mundial (Wallerstein, 2001). Nesse contexto, o autor aponta para a complementariedade entre duas ideologias aparentemente tão díspares, na medida em que se pôde “usar o racismo para impedir o universalismo de avançar demais, na direção do igualitarismo; usar o universalismo para impedir o racismo de avançar demais, na direção de um sistema com características de casta que inibisse a mobilidade da força de trabalho” (Wallerstein, 2001, p. 134).

Diante da essência inerentemente polarizadora de tal sistema, Wallerstein (1974) afirma que apenas a um número reduzido de Estados periféricos se apresenta a oportunidade, em um determinado momento histórico, de ascensão na economia-mundo. Esses avanços, por sua vez, se dariam obrigatoriamente às custas de um declínio relativo na posição de outras nações. Haveria, para isso, três estratégias possíveis: o aproveitamento de oportunidades, a promoção a convite e a autossuficiência (Wallerstein, 1974).

A primeira alternativa ocorreria quando, em cenários de estagnação do mercado mundial, as economias da periferia se veem em uma situação de crise devido à deterioração dos preços de suas exportações em relação aos produtos importados dos países centrais. Em tais conjunturas, o enfraquecimento político dos Estados mais fortes tenderia a se somar aos impactos econômicos sobre os setores exportadores, possibilitando a adoção de um modelo de industrialização substitutiva de importações em países já detentores de uma estrutura industrial incipiente, conforme demonstrado pelas experiências brasileira, mexicana e sul-africana após a Crise de 1929. Todavia, a necessidade de importações das economias avançadas para a continuidade do processo, unida à pressão da burguesia agrária, levaria esses Estados a renunciarem à construção de um mercado interno, conformando-se com a posição de meros exportadores de mercadorias cuja produção fora abandonada pelas nações centrais (Wallerstein, 1974). Sob esse prisma, pode-se constatar que a apresentação de tal estratégia é a mais próxima à descrição de uma inserção internacional subimperialista.

A promoção a convite, por sua vez, ocorreria em momentos de crescimento da economia global, sendo realizada em uma associação estreita com o capital externo e podendo acontecer em países com pouquíssimo desenvolvimento industrial anterior, embora permita apenas avanços mais limitados. Tratando da estratégia de autossuficiência, Wallerstein chama a atenção para o caso da Tanzânia, ressaltando que a evolução até então recente do Estado africano somente teria sido viabilizada por circunstâncias bastante particulares, relacionadas às características de seu

regime político e ao seu grau de pobreza, afrouxando os constrangimentos externos normalmente impostos em situações similares. Logo, pontua que uma trajetória equivalente não seria factível para toda a periferia (Wallerstein, 1974).

Já no que diz respeito aos exemplos de elevação da semiperiferia ao centro, é feita menção à Inglaterra do século XVII, assim como à Alemanha e aos Estados Unidos do século XIX. Um salto qualitativo dessa ordem dependeria de uma série de fatores interconectados, entre os quais o controle sobre um mercado cujas dimensões absolutas possibilitem a utilização de tecnologias de ponta, cuja produção deve ser realizada a custos menores do que aqueles alcançados pelas economias centrais. Contudo, o desenvolvimento histórico do capitalismo, com a decorrente tendência à elevação da composição orgânica média do capital, colocaria barreiras cada vez mais complexas para os Estados ascendentes (Wallerstein, 1974).

3.3. A POSIÇÃO DA SEMIPERIFERIA

A posição semiperiférica na economia-mundo capitalista é ocupada por Estados em cujos territórios se verifica uma combinação relativamente proporcional entre processos produtivos centrais e periféricos, derivando-se disso o seu caráter de Estados semiperiféricos. Possuindo importantes indústrias, exportadoras de mercadorias para a periferia, suas economias seriam ainda dependentes da importação de mercadorias produzidas pelas indústrias de ponta dos países centrais. Nesse sentido, Wallerstein assinala que seria equivocada a alusão a processos produtivos de natureza semiperiférica. Com a passagem do tempo, a autodestruição do controle semimonopolista sobre os processos de produção centrais tenderia a convertê-los em processos periféricos, deslocando a produção de determinadas mercadorias dos Estados centrais para a semiperiferia e, posteriormente, para a periferia (Wallerstein, 2005).

Seria, assim, observável, ao longo da evolução histórica do sistema-mundo moderno, uma série de ciclos com duração aproximada de cinquenta a sessenta anos, marcados por uma fase inicial de expansão seguida por uma fase de estancamento, concomitante à redução do grau de monopolização dos processos produtivos mais avançados. Durante os períodos de estancamento dos ciclos, comumente designados como ciclos de Kondratieff, a queda de lucratividade dos setores produtivos levaria uma parcela do capital a migrar para o setor financeiro, na busca por ganhos especulativos. Em paralelo a isso, a transição entre uma fase A (de crescimento) para uma

fase B (de estagnação) engendraria uma descentralização geográfica da produção industrial, na medida em que as diferenças salariais se tornam um fator mais relevante do que as economias de transação para a determinação dos investimentos. Conseqüentemente, os Estados semiperiféricos estariam em competição entre si enquanto potenciais receptores de processos produtivos anteriormente alocados nas economias centrais. Constrangidos pelos Estados mais fortes ao mesmo tempo em que buscam se impor sobre os mais fracos, visariam proteger sua vantagem relativa face aos Estados periféricos e ascender a uma posição central na hierarquia que caracteriza a divisão axial do trabalho na economia-mundo. (Wallerstein, 2005, 1997/1998).

Para isso, implementariam uma série de políticas procurando incrementar o seu poder nas esferas econômica e militar. Em vista disso, o autor afirma serem esses os Estados cujas políticas protecionistas se manifestariam de modo mais agressivo, tendo como objetivo proteger suas próprias indústrias da concorrência dos países centrais e aumentar a sua competitividade internacional. Sendo assim, aponta que, diferentemente das nações centrais e periféricas, os Estados semiperiféricos não seriam capazes de aumentar rapidamente suas margens de lucro com base no mercado internacional, sendo, portanto, mais propensos a depender de seus mercados domésticos. Ademais, a manutenção de sua posição dependeria da capacidade de agir de modo cauteloso e célere no estabelecimento de alianças e no aproveitamento de oportunidades econômicas (Wallerstein, 2005, 1974).

Entretanto, a principal contribuição da semiperiferia para o funcionamento da economia-mundo capitalista seria de natureza menos econômica do que política, com a sua função especificamente econômica tendo sofrido modificações significativas ao longo dos últimos séculos. Nessa perspectiva, Wallerstein (2000a) destaca que a disparidade em termos de poderio bélico entre os diferentes Estados e a disseminação de uma ideologia de sustentação do sistema não seriam, por si mesmas, suficientes para protegê-lo da instabilidade provocada por sua polarização extrema entre um pequeno número de países beneficiários da exploração a nível global e uma grande maioria de nações exploradas. Dessa forma, a existência de regiões semiperiféricas impediria a formação de uma oposição conjunta à dominação do centro, na medida em que dissocia os interesses políticos dessa camada menor de Estados intermediários de reivindicações por uma transformação radical do sistema a partir da periferia (Wallerstein, 2000a).

Nesse sentido, assinala que, dada a complexidade do papel exercido pela semiperiferia, a própria economia-mundo moderna somente poderia ser apreendida enquanto totalidade com o reconhecimento do seu caráter intrinsecamente tri-modal. Por isso, considera o termo mais adequado do que a categoria de subimperialismo, defendendo-o como uma alternativa ao conceito de Marini para o preenchimento das lacunas deixadas pela descrição do sistema como uma mera divisão bimodal entre centro e periferia (Wallerstein, 1974).

4 UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA TURQUIA

Este capítulo apresenta um estudo de caso acerca da estratégia de inserção internacional adotada pela Turquia desde o período da Segunda Guerra Mundial até a segunda década do século XXI. Para isso, investiga-se, na primeira seção, a origem das relações de dependência estabelecidas entre o país e seus aliados imperialistas do Ocidente ao longo do século passado. Na seção seguinte, são analisados os governos capitaneados pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), buscando-se compreender principalmente as implicações da consolidação do seu modelo particular de neoliberalismo, assim como de sua posterior crise. Na terceira seção, procura-se depreender a natureza da política externa implementada pelo partido desde a sua chegada ao poder. Por último, realiza-se uma síntese dos elementos tratados nas seções anteriores, sendo expostas as conclusões em torno da aplicabilidade do arcabouço teórico examinado nos primeiros capítulos para a caracterização do caso em questão.

4.1 GÊNESE DE UMA ASSOCIAÇÃO DEPENDENTE

A posição da Turquia enquanto aliado histórico dos países centrais no Oriente Médio remonta a um realinhamento estratégico ocorrido no período que se seguiu à morte de Kemal Atatürk, em 1938. Nesse contexto, Fred Halliday (2005) aponta que o afastamento de uma posição de neutralidade na direção de uma maior associação com as potências ocidentais teria sido motivado pela percepção, por parte de seus formuladores políticos, de que uma aproximação para com as Forças Aliadas no contexto da Segunda Guerra Mundial possibilitaria a obtenção de ganhos econômicos para o país. Além disso, haveria o temor de que o fortalecimento da Rússia, adversário histórico da Turquia na região, poderia vir a representar uma ameaça para seus interesses estratégicos uma vez findado o conflito (Halliday, 2005).

Assim, como manifestações de adesão ao bloco capitaneado pelos Estados Unidos nos primeiros anos da Guerra Fria, o país tornou-se membro da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) e do Conselho da Europa (Turan, 2013). Além disso, foi incorporado à Doutrina Truman em 1947 e participou da Guerra da Coreia por meio do envio de tropas em 1950, em um processo de alinhamento que culminou com a sua associação à Organização do

Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1952 (Halliday, 2005). A assunção de uma posição de representante da aliança militar ocidental no Oriente Médio, por sua vez, acentuou a importância das Forças Armadas no que diz respeito tanto à sua posição de poder interna quanto ao papel por elas desempenhado na política externa do país (Tuğal, 2021). Nesse cenário, a centralidade da Turquia para os interesses estratégicos norte-americanos se devia fundamentalmente às suas fronteiras compartilhadas com a URSS e outros membros do Pacto de Varsóvia, controlando, ainda, o acesso soviético ao mar Mediterrâneo por meio dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. Com isso, o país pôde se valer da dimensão securitária como um elemento de barganha na solicitação de apoio por parte das potências aliadas à sua economia, periodicamente atingida por desequilíbrios na balança de pagamentos (Turan, 2013).

O realinhamento estratégico operado na esfera internacional correspondeu, no âmbito doméstico, a progressivas transformações em relação ao modelo econômico prevalecente durante o período de formação do moderno Estado-nação turco, levando a uma crescente participação do setor privado na regulação da vida social (Halliday, 2005). Nessa perspectiva, Çağlar Keyder (1987) descreve de que modo o crescimento da economia turca entre as décadas de 1950 e 1980 esteve relacionado com a emancipação da burguesia em relação ao domínio político da burocracia estatal. Nesse sentido, o autor considera que foi apenas com a entrada das forças de mercado na disputa pelo controle dos aparatos administrativos do Estado, após a Segunda Guerra Mundial, que se pôde constatar uma ruptura definitiva com estruturas herdadas ainda do período otomano (Keyder, 1987).

Nessa conjuntura, o processo de liberalização levaria à adoção de um modelo de desenvolvimento econômico em consonância com os princípios da Teoria das Vantagens Comparativas, manifesto em um incremento dos investimentos no setor agrícola. Desse modo, Keyder (1987) afirma ter sido a agricultura o principal ponto de ligação entre a economia nacional e o mercado mundial nesse momento, tendo as rendas e o aumento de produtividade do setor impulsionado a formação de um mercado com extensão verdadeiramente nacional, possibilitando o desenvolvimento industrial subsequente.

A partir da década seguinte, emergiria um novo paradigma, centrado na Industrialização por Substituição de Importações (ISI), em que o protecionismo estatal planejado, administrado por meio de seus aparatos burocráticos e apoiado pela burguesia industrial, desempenharia papel fundamental. Predominante até a década de 1980, tal modelo teria resultado em uma taxa de

desenvolvimento industrial média de 10,2% ao ano entre 1960 e 1973 (Keyder, 1987). No entanto, o autor assinala que o processo de ISI turco não teria representado um desafio à posição ocupada pelo país na economia internacional, estando na verdade em conformidade com os interesses dos países centrais em um período de transformação das suas próprias estruturas industriais. Assim, o modelo seria “racional do ponto de vista da hierarquia existente na economia global, e foi sancionado por ela” (Keyder, 1987, p. 299, tradução própria).

Apesar disso, Halliday (2005) pontua que fatores políticos internos e externos dificultaram uma associação plena da Turquia para com o bloco ocidental. No que diz respeito à conjuntura doméstica, recorrentes golpes de Estado e severas acusações referentes à violação de direitos humanos geraram fortes críticas por parte de seus aliados europeus a partir da década de 1970. Além disso, o recrudescimento das desavenças históricas que marcaram a relação da Turquia para com seus vizinhos gregos, especialmente no que concerne à contenda em torno da ilha de Chipre, atuou como um agravante do quadro de deterioração das relações externas do país. Nesse contexto, a escalada das tensões atinge seu ponto culminante em 1974, quando um golpe de Estado executado com apoio dos militares gregos levou a uma invasão turca da ilha, que chegou a ter 40% de seu território ocupado. Porém, como o autor ressalta, tanto os interesses estratégicos dos atores envolvidos quanto a influência diplomática norte-americana impediram a conflagração de um conflito militar aberto com a Grécia (Halliday, 2005).

Nesse ínterim, o processo de ISI começava a enfrentar uma série de limites objetivos impostos ao seu desenvolvimento, em especial a partir do momento em que a economia nacional se vê afetada pela crise internacional do petróleo em 1973 (Turan, 2013; Keyder, 1987). Nesse cenário de dificuldades crescentes para a obtenção de divisas, combinado à escassez de insumos industriais fundamentais, o país enfrenta uma situação de estagnação dos investimentos e declínio da utilização de sua capacidade industrial, engendrando uma crise cujo reflexo no plano político foi um aumento da instabilidade até um ponto próximo à guerra civil na segunda metade da década (Keyder, 1987).

Diante disso, a economia turca passa por uma nova mudança de paradigma na medida em que suas elites políticas e econômicas se comprometem com a adoção de um modelo neoliberal no país, sendo o pacote de estabilização implementado em janeiro de 1980 um marco de tal processo (Cosar; Yegenoglu, 2009). Nessa perspectiva, foi instaurado um novo regime de acumulação, cujo principal fundamento era a subordinação completa do Estado aos interesses

capitalistas. Para isso, foram extintas as antigas “Regras e Regulamentos para a Proteção do Valor da Lira Turca” e a economia do país foi aberta para o ingresso de capital externo. Assim, pretendia-se aumentar a competitividade das exportações turcas, possibilitando uma melhoria das contas externas do país, resultando em uma dependência crescente da economia nacional vis-à-vis o mercado global (Turan, 2013; Gündüz, 2015).

A partir de setembro do mesmo ano, a transição na direção do neoliberalismo se acelera com a consumação de um golpe por parte das forças militares, então empenhadas em dar seguimento à implementação da agenda ditada pelo FMI. Conforme apontado por Keyder (1987), a burguesia turca havia relutantemente consentido com o modelo proposto pelos artificios do golpe devido mais ao seu desejo de suprimir as reivindicações originadas dos setores populares do que ao vislumbre de modificações estruturais profundas na economia nacional. Isso posto, o período subsequente foi marcado por uma brutal repressão direcionada aos movimentos de esquerda, seriamente enfraquecidos após três anos de numerosos assassinatos e prisões arbitrárias. Conseqüentemente, estavam colocadas as condições políticas para a continuidade das reformas neoliberais ao longo dos governos posteriores (Gündüz, 2015; Tuğal, 2021).

No âmbito externo, a importância estratégica da Turquia enquanto aliado das potências ocidentais no Oriente Médio se manteve durante toda a fase de neoliberalização, se acentuando ainda mais devido a episódios críticos para as disputas geopolíticas em seu entorno, como a Revolução Iraniana (1979) e a Guerra do Golfo (1990-91) (Halliday, 2005). Com o encerramento da Guerra Fria, o país passou, ainda, a desempenhar um papel relevante por meio de suas relações com as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central, tendo em vista especialmente o valor estratégico do petróleo e do gás na região do mar Cáspio. Nesse contexto, Halliday (2005) afirma que “Ankara era o aliado indispensável de Washington, menos truculento que a Arábia Saudita e muito mais útil do que Israel” (p. 109, tradução própria). Além do aprofundamento das relações comerciais com a Rússia, as antigas repúblicas soviéticas e seus vizinhos do Oriente Médio, o período caracterizou-se pelo prosseguimento dos esforços no sentido da promoção das exportações nacionais, em especial para as nações da África, da América Latina e do Leste Asiático (Turan, 2013).

4.2 APOGEU E CRISE DO ISLAMISMO NEOLIBERAL

A ampla vitória eleitoral registrada pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) em 2002 permitiu o estabelecimento do primeiro governo na história turca a ser capitaneado pelo partido recém-formado, sendo uma consequência direta do quadro de instabilidade engendrado pela continuidade do processo de neoliberalização ao longo dos anos 1990 (Tansel, 2018). Na esfera política, a década anterior testemunhara uma sucessão de governos de coalizão com sérios problemas de governabilidade, além de um recrudescimento dos conflitos armados envolvendo o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Do ponto de vista econômico, a Turquia vivenciara crises econômicas recorrentes, das quais o exemplo mais severo foi o quadro de recessão enfrentado em 2001, quando o PIB turco sofreu uma contração de 5,8% (World Bank, c2023; Tansel, 2018; Turan, 2013). Diante desse cenário, o descrédito popular em relação ao sistema político permitiu ao AKP se apresentar como uma força modernizadora, chegando ao poder como um representante de aspirações sociais por um processo amplo de democratização, em contraposição à longa tradição autoritária do país (Tansel, 2018).

No entanto, contrariamente às expectativas iniciais, o período seguinte foi, conforme aponta Zuhul Gündüz (2015), caracterizado por uma combinação de políticas econômicas de corte neoliberal, autoritarismo político e conservadorismo islâmico, elementos constitutivos do que a autora denomina um “pesadelo capitalista” (Gündüz, 2015, online, tradução própria). Nessa perspectiva, Cihan Tuğal (2021) descreve de que modo o AKP soube canalizar a insatisfação popular expressa em movimentos islâmicos de revolta contra as antigas elites políticas, utilizando-a como uma ferramenta de construção de hegemonia interna por meio da incorporação de tais setores ao consumo doméstico, combinada com a instrumentalização do Islã e do nacionalismo turco na legitimação discursiva do apoio ao exercício da dominação ocidental sobre o Oriente Médio. A imagem de um partido muçulmano moderado, liberal do ponto de vista econômico e favorável à integração do país às instituições ocidentais teria, portanto, permitido a construção de uma ampla base social de apoio, à qual aderiram parcelas significativas de antigos trabalhadores rurais proletarizados, da pequena burguesia, do empresariado e mesmo parte da minoria curda e da esquerda liberal. Desempenharia, ainda, papel importante no interior de tal bloco hegemônico a poderosa rede formada pelos seguidores do líder religioso Fethullah Gülen (Tuğal, 2021).

Cemal Tansel (2018), por sua vez, contesta as interpretações segundo as quais os governos do AKP teriam inicialmente instituído um modelo progressista de governança,

assentado na ampliação da participação política da sociedade civil, posteriormente desmontado por uma guinada autoritária a partir do seu terceiro mandato, conquistado após a vitória nas eleições gerais de 2011. Questionando a dissociação analítica da dimensão política em relação aos seus substratos econômicos, o autor emprega o conceito de “neoliberalismo autoritário” para descrever de que modo, durante todo o período em que o partido esteve no poder, o Estado turco atuou na sustentação de um regime neoliberal de acumulação capitalista, englobando todo um modelo de gestão cuja caracterização ultrapassa a identificação simplista do neoliberalismo com uma economia de livre-mercado. Dessa forma, os governos do AKP teriam se valido de meios essencialmente antidemocráticos para implementar reformas econômicas contrárias aos interesses das classes populares, verificando-se uma crescente centralização política dos processos decisórios (Tansel, 2018).

Em uma perspectiva similar, Gönenç Uysal (2019) considera aquilo que muitos autores classificaram como um giro autoritário nas políticas do AKP como sintoma de uma crise do modelo hegemônico em que estiveram assentados os primeiros mandatos do partido. Tomando em consideração a incorporação tardia e dependente da economia turca às estruturas hierárquicas do mercado mundial, a autora aponta que a subordinação ao capital do Ocidente e das monarquias do Golfo permitiu a ascensão do Islã conservador como uma importante força política no país, cumprindo o papel estratégico de contenção dos movimentos anti-sistêmicos oriundos seja da esquerda socialista ou do islamismo radical antiocidental. Assim, pôde-se verificar uma progressiva islamização ideológica do Estado turco ao longo de todo o processo de neoliberalização iniciado na década de 1980, contando com o apoio tácito de diferentes frações da burguesia nacional (Uysal, 2019).

Nesse contexto, o neoliberalismo autoritário teria assumido, sob os governos do AKP, a forma de um “Estado de caridade”, sustentado pela combinação de elementos islâmicos e neoliberais. Com isso, teria sido possível o ocultamento de antagonismos de classe por meio de determinadas políticas redistributivas, do incentivo ao consumo e do uso da religião como um instrumento de legitimação do status quo, ao mesmo tempo em que o desmonte dos tradicionais mecanismos estatais de proteção social resultou em um aumento do grau de exploração imposto aos trabalhadores urbanos e rurais. Desse modo, o bloco hegemônico estruturado durante os primeiros mandatos do partido unificou as frações islamistas e ocidentalistas da grande burguesia turca sob o comando do capital produtivo, se valendo para isso de licitações, privatizações e

diferentes formas de precarização do trabalho (Uysal, 2019). Diante de tal cenário, pode-se considerar a Turquia como um caso exemplar da utilização pelas potências imperialistas, em associação com as burguesias nacionais dependentes do Oriente Médio, do Islã conservador como parte de uma estratégia de deslocamento dos conflitos sociais de uma esfera política para o plano cultural, conforme descrito por Samir Amin (2020).

No que diz respeito à política econômica implementada pelo partido, sua caracterização inicial como uma inovação em relação tanto ao antigo modelo de industrialização alavancada pelo Estado quanto ao paradigma neoliberal que veio a substituí-lo desconsiderou a linha de continuidade fundamental estabelecida para com as reformas precedentes, não havendo de fato nenhum afastamento substancial em relação à cartilha macroeconômica ditada pelo FMI. Logo, o controle da inflação, a atração de investimentos externos e o aprofundamento da liberalização comercial foram colocadas como prioridades do projeto de governo (Tansel, 2018). Um dos pilares de tal política foi a utilização de mecanismos de alavancagem financeira no incentivo à ampliação do crédito privado ao consumo, gerando demanda a partir de um processo massivo de aumento do endividamento das famílias (Tuğal, 2021; Gündüz, 2015).

Analisando tal conjuntura, Gündüz (2015) afirma que a expansão do crédito serviu como o principal motor do considerável crescimento econômico verificado a partir da chegada do AKP ao poder, para cuja sustentação também teriam contribuído os enormes ganhos rentistas oriundos de uma crescente mercantilização dos bens e espaços comuns, tendo o capital ligado ao setor de construção civil como o maior beneficiário. Nesse sentido, a autora descreve de que modo essa fração da burguesia nacional pôde se valer de seus vínculos com as altas esferas governamentais para incrementar seus rendimentos, assinalando que 66% do crescimento da economia turca entre 2003 e 2011 esteve baseado em 12 setores, dos quais metade eram relacionados à construção civil. Enquanto isso, a atratividade do país ao capital externo teria como contrapartida uma elevação da competitividade nacional puxada em boa medida pela precarização das condições laborais médias, registrando-se um aumento de 40% nos acidentes de trabalho entre 2002 e 2011, sendo o setor minerador um caso particularmente crítico (Gündüz, 2015).

Ao mesmo tempo, o avanço da mercantilização atingia também o campo da seguridade social e da saúde pública. Conforme apresentado por Simten Cosar e Metin Yegenoglu (2009), desde o começo da década de 2000 foram executadas políticas governamentais de incentivo à privatização da seguridade social, culminando com a aprovação de uma Lei sobre Seguridade

Social e Seguro Saúde Geral. Por meio da nova legislação, transferiu-se a responsabilidade em arcar com os custos do sistema para a classe trabalhadora, cujos benefícios foram progressivamente reduzidos. Diante disso, os autores identificam a continuidade, durante os mandatos do AKP, de um longo processo de transformação dos direitos da população em mercadoria, apoiado em décadas de sucessivas reformas neoliberais (Cosar; Yegenoglu, 2009).

Nesse contexto, o estudo de Yakup Karabacak e Ahmet Tonak (2022) se destaca como uma investigação empírica em torno da atuação do Estado ao longo de todo o período de neoliberalização, contrariando a tese segundo a qual as políticas fiscais implementadas pelos governos do AKP teriam impactado positivamente a distribuição de renda no país, beneficiando as camadas mais pobres da população. Recuperando o conceito de “salário social líquido”, os autores buscaram compreender os efeitos das taxações e gastos públicos sobre os rendimentos reais da classe trabalhadora turca no intervalo de tempo entre 1980 e 2019. Com essa perspectiva, postulam que uma diferença líquida negativa entre as despesas públicas em benefício dos trabalhadores e os impostos pagos por esse setor da população rebaixaria o capital variável real em relação ao valor nominal dos salários, elevando a taxa de mais-valor e, portanto, o nível de exploração do trabalho (Karabacak; Tonak, 2022).

A partir dos dados levantados, Karabacak e Tonak (2022) concluíram que, em média, a parcela dos gastos públicos destinados à classe trabalhadora durante o período foi de 9,95% do PIB, enquanto a porcentagem referente aos impostos pagos por essa classe foi da ordem de 11,08% do PIB, resultando em um salário social líquido de -1,13% do PIB. Consequentemente, o efeito da ação estatal sobre a distribuição social do valor gerado pelos trabalhadores seria favorável ao próprio Estado e aos setores capitalistas em detrimento dos interesses populares, configurando aquilo que os autores denominam um “pseudoeestado de bem-estar social” (p. 496, tradução própria). As condições políticas para a sustentação de tal modelo teriam sido obtidas por meio da feroz repressão aos movimentos trabalhistas que acompanhou a inserção da Turquia na economia internacional ao longo das últimas décadas, especialmente após as reformas promovidas pelos artificios do golpe militar de 1980. Nesse sentido, os mecanismos estatais de coerção teriam se mantido durante os mandatos do AKP, marcados pela proibição de greves e pelo enfraquecimento deliberado dos sindicatos (Karabacak; Tonak, 2022).

Uysal (2021), por sua vez, descreve a evolução do processo de financeirização da economia turca ao longo das últimas décadas, realizado por intermédio de uma associação

dependente e subordinada para com o capital imperialista. Em uma primeira fase, ainda sob a vigência do modelo de ISI, efetuou-se pela primeira vez a união do capital industrial nacional com o capital financeiro, em especial por meio de sua centralização em torno de companhias de seguros sediadas nas cidades de Istambul e Esmirna, havendo já nesse momento uma forte participação de empresas europeias e norte-americanas. Com o advento da neoliberalização na década de 1980, uma metamorfose similar se opera sobre a burguesia islamista da Anatólia, próxima de movimentos muçulmanos conservadores e do capital das monarquias do Golfo.

A terceira etapa da financeirização ocorreria já durante os governos do AKP, quando a burguesia industrial turca acelerou a internacionalização do seu capital, atuando em conjunto com seus parceiros do Golfo e do Ocidente, receptores de uma parcela do mais-valor produzido em seus negócios. Tal expansão havia sido marcada desde a década anterior pela competição interna entre diferentes frações do capital nacional, ligadas às federações empresariais TUSIAD, MUSIAD e TUSKON. Nessa conjuntura, a construção de um novo bloco no poder durante os primeiros anos do século XXI pressupôs uma supremacia do capital financeiro ligado à indústria, enquanto a parcela da burguesia islamista vinculada ao gülenismo pôde se beneficiar do trânsito junto às altas esferas do Estado e às empresas representantes do capital ocidental. Desse modo, influentes organizações muçulmanas advogaram junto às classes dominantes da região em favor da abertura de suas economias ao capital turco (Uysal, 2021).

Entretanto, na medida em que os impactos da crise econômica de 2008 passaram a se manifestar em uma derrocada do crescimento econômico com elevação do nível de desemprego, tornam-se visíveis os primeiros sinais de uma crise hegemônica do bloco no poder, para a qual viria a contribuir a instabilidade gerada por um agravamento dos conflitos nos territórios de maioria curda e pela eclosão da chamada Primavera Árabe. Diante desse cenário, o governo do AKP apostou em um adiamento do colapso do modelo por meio de um aprofundamento de suas contradições estruturais. Assim, deu-se prosseguimento ao projeto neoliberal mediante um estreitamento da associação com o capital das monarquias do Golfo e o favorecimento da burguesia nacional islamista a ele subordinada em setores como a construção civil, o mercado financeiro e a economia paralela, sem com isso enfraquecer a posição dominante ocupada pelo capital ocidental e a fração ocidentalista da burguesia nacional. Porém, a estratégia implementada pelo partido foi incapaz tanto de unificar as diferentes frações do capital nacional sob uma única

hegemonia quanto de conter a crescente insatisfação popular com relação à deterioração do quadro econômico (Tuğal, 2021; Uysal, 2019).

O descontentamento atinge um ponto de ebulição em junho de 2013 com a irrupção das massivas manifestações em torno do Parque Gezi, tendo como estopim a oposição a um ambicioso projeto de transformação do local em um complexo comercial. Novas camadas da população foram, então, sendo progressivamente incorporadas aos protestos em resposta à repressão das forças policiais, verificando-se a participação de grupos alevis, de movimentos muçulmanos antissistêmicos, da esquerda radical e de setores laicos da classe média, somando mais de 7 milhões de manifestantes apenas em Istambul (Tuğal, 2021; Karataşlı; Kumral, 2023). Como consequência, Tuğal (2021) elenca dois novos focos de contestação ao regime capitaneado pelo AKP: por um lado, o ramo político ligado a Fethullah Gülen sobe o tom ao denunciar supostos esquemas de corrupção ligados à família de Erdoğan, desgastando ainda mais as relações com o antigo grupo aliado, cujos vínculos com o bloco no poder haviam se danificado desde o início da crise diplomática entre a Turquia e Israel em 2008; por outro lado, a união de um amplo espectro da esquerda turca ao redor do recém-fundado e pró-curdo Partido Democrático dos Povos (HDP) permitiria que este conquistasse 13% dos votos nas eleições parlamentares de 2015, atravancando os planos do AKP para uma transição rumo a um modelo presidencial executivo de governo. Já as tensões envolvendo a minoria curda viriam a se agravar com o acirramento dos conflitos após a reação do PKK a um violento atentado a bomba contra uma manifestação liderada pelo HDP na capital do país, com as operações militares que seguiram levando à morte de milhares de civis (Tuğal, 2021; Karataşlı; Kumral, 2023).

Nessa conjuntura, a fracassada tentativa de golpe sofrida em julho de 2016 pode ser considerada um ponto de virada. Empreendida por segmentos insurgentes das Forças Armadas turcas, desencadeou a expulsão de um grande número de militares acusados de pertencer a movimentos conspiradores gülenistas, encerrando a disputa pelo poder do Estado entre o AKP e frações dissidentes do bloco que sustentara seus primeiros mandatos (Tuğal, 2021; Uysal, 2019). Uma manifestação importante desse realinhamento foi a aproximação governista com o Partido de Ação Nacionalista (MHP), iniciada tacitamente por seu total apoio em relação à repressão praticada contra a minoria curda e formalizada em 2018 por meio da chamada Aliança do Povo. Partido ultranacionalista de extrema-direita, o MHP tem seu centro de sustentação formado principalmente por militares e policiais, sendo notório por sua associação com a organização

paramilitar dos Lobos Cinzas, grupo anticomunista de inspiração fascista fundado durante a Guerra Fria (Karataşlı; Kumral, 2023; Tuğal, 2016, 2021).

Enquanto isso, o governo executivo pôde ampliar seu próprio poder por meio da aprovação de uma série de medidas, entre as quais o referendo constitucional de 2017 que permitiu a transformação do regime parlamentarista em presidencialista. Diante desse quadro, Uysal (2019) identifica o surgimento de um modelo particular de fascismo, operando em uma lógica islâmico-neoliberal. Nessa perspectiva, a autora destaca os poderes extraordinários concedidos às forças policiais e de inteligência, assim como a mobilização de diferentes grupos paramilitares, em geral associados ao islamismo conservador. Além disso, o Estado teria atuado no incentivo à islamização da sociedade e das instituições nacionais, com o orçamento da Presidência de Assuntos Religiosos ultrapassando aquele do Ministério da Educação em 2017 (Uysal, 2019).

Tuğal (2021), por sua vez, descreve uma metamorfose do islamismo liberal que marcara o primeiro período do AKP no poder para uma segunda fórmula, que o autor denomina de “neoimperialismo islâmico” (p. 41, tradução própria), estruturado em torno de um bloco composto pela burguesia nacional, a extrema-direita e segmentos conservadores dentro e fora das Forças Armadas, em oposição aos gülenistas, à minoria curda e aos setores liberais. Embora tendo reconhecido a existências de fortes similaridades entre tal modelo e o fascismo histórico (Tuğal, 2016), o autor julga não haver emergido uma estratégia coerente após a crise da última década:

O regime parece ocasionalmente avançar em direção a um capitalismo de Estado, a um neoimperialismo ou até mesmo a um neofascismo, porém nunca pode levá-los à sua conclusão lógica. Os limites da capacidade estatal turca, o abarrotado campo regional e a conjuntura mundial frustram igualmente as ambições econômicas e neoimperiais de Ankara. O regime se move penosamente de um lado a outro ziguezagueando entre essas alternativas e o patrimonialismo, o uso desarticulado do discurso neoliberal e um nacionalismo islâmico mal articulado (Tuğal, 2021, p. 53, tradução própria).

Sendo assim, o diagnóstico realizado por Şahan Karataşlı e Şefika Kumral (2023) é de grande pertinência. Conforme demonstram os autores, inexistente hoje no cenário político turco qualquer força de esquerda organizada e capaz de canalizar em um único movimento de massa a enorme insatisfação popular gerada pela crise hegemônica que acomete o regime capitaneado pelo AKP, fortalecendo movimentos oposicionistas ligados à direita. Considerando a fragmentação e o enfraquecimento da esquerda um legado histórico do golpe militar de 1980, apontam para as organizações relacionadas à questão curda como uma exceção positiva. Em vista

disso, classificam o caso do HDP como uma oportunidade histórica de unificação da esquerda e fortalecimento da sua posição também nos territórios rurais do país, buscando superar o seu viés excessivamente urbano (Karataşlı; Kumral, 2023).

4.3 A POLÍTICA EXTERNA DO PARTIDO DA JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO (AKP)

A ascensão política do AKP após seu sucesso eleitoral em 2002 provocou, em um primeiro momento, o temor de que seu afastamento ideológico em relação aos partidos predominantemente laicos que dominaram a cena política turca ao longo da década anterior pudesse se refletir em uma redefinição das linhas gerais que orientaram a inserção internacional do país ao longo de toda sua história recente (Turan, 2013). No entanto, sua estratégia inicial de construção de hegemonia levou o partido a se reposicionar diante da sociedade como uma força política centrista e conservadora, se distanciando de discursos antiocidentais marcados pela defesa da projeção de uma identidade nacional islâmica perante o exterior. Nesse sentido, a adesão à União Europeia (UE) foi classificada como uma meta a ser conquistada em conjunto com um aprofundamento do processo de democratização, angariando apoio em meio às parcelas liberais do eleitorado. Ao mesmo tempo, a iniciativa era apresentada aos seus apoiadores conservadores como uma proteção contra a ameaça representada por um Estado turco fundamentalmente laico (Kirdis, 2015).

Desse modo, arquitetava-se, no plano regional, uma estratégia hegemônica associada à OTAN e às demais instituições ocidentais, embora sua consecução passe a enfrentar dificuldades crescentes a partir de 2004 em vista dos desentendimentos com a UE em torno da questão cipriota (Tuğal, 2021). Nesse ínterim, à medida que o AKP consolida sua posição enquanto principal partido político nacional, elabora-se uma nova concepção de política externa, tendo como formulador intelectual Ahmet Davutoğlu, conselheiro do então primeiro-ministro Erdoğan em assuntos internacionais entre 2003 e 2009, posteriormente nomeado Ministro das Relações Exteriores (2009-2014). De acordo com essa visão, a Turquia deixaria de ocupar um lugar periférico em relação ao continente europeu, passando a ser o centro de um novo arranjo global e podendo se beneficiar tanto do seu posicionamento estratégico entre a Ásia e a Europa quanto da imagem de uma nação democrática majoritariamente muçulmana. Assim, o governo liderado pelo AKP procurava se afirmar como o defensor de uma “maioria islâmica oprimida”, sem com isso

renunciar ao multilateralismo e à interdependência econômica ou colocar em segundo plano os vínculos com seus aliados tradicionais do Ocidente (Kirdis, 2015; Uysal, 2021).

Nesse contexto, as formulações de Davutoğlu estiveram assentadas em dois conceitos fundamentais: a ideia de “profundidade estratégica” e a postura de “zero problemas” em relação aos países vizinhos. A tese da profundidade estratégica buscava recuperar o legado otomano como parte da identidade turca, sublinhando seus laços históricos com a região dos Balcãs, o Oriente Médio e a Ásia Central. Portanto, caberia à Turquia unificar e liderar novamente o mundo islâmico, que seria agora constituído por regimes muçulmanos liberais, inspirados no modelo turco e abertos aos seus investimentos. Entre os principais fatores por trás de tal guinada estava a ascensão interna de uma burguesia rural islâmica na região da Anatólia, com grandes interesses econômicos na ampliação do comércio com os mercados do Oriente Médio, em contraposição às frações do capital nacional voltadas ao mercado europeu (Walker, 2011; Tuğal, 2021).

Já a política de zero problemas se traduziu em uma conduta mediadora a propósito dos atritos entre os diferentes Estados da região, combinada à tentativa de solução pacífica das suas próprias contendas, possibilitando uma melhoria nas relações com a Síria, o Iraque, o Irã, a Grécia e mesmo Israel, de importância estratégica devido ao fornecimento de tecnologia e produtos militares e à sua influência perante o Congresso norte-americano, enquanto Ankara oferecia em contrapartida o seu prestígio diplomático junto às nações vizinhas. Em paralelo, as iniciativas no sentido de uma resolução das questões envolvendo o Chipre e a Armênia geraram poucos avanços (Turan, 2013). Diante desse panorama geral, Turan (2013) descreve a percepção então existente de que a Turquia se encontrava em um processo de consolidação de sua imagem como uma liderança no Oriente Médio, tida como referência e respeitada pelos países do seu entorno.

Tal estratégia começaria a mostrar os seus limites com o ataque realizado pelo Exército israelense contra a Faixa de Gaza em dezembro de 2008, interrompendo as negociações de paz entre Israel e a Síria, para as quais a diplomacia turca havia contribuído substancialmente. Em reação, Erdoğan passa a se manifestar de forma progressivamente severa em relação ao Estado israelense, angariando apoio em meio às populações árabes. Esse quadro de deterioração das relações entre os dois países se agravaria, em maio de 2010, quando uma operação de Israel contra uma embarcação de apoio humanitário direcionada a Gaza deixa nove mortos, sendo oito deles turcos e um turco-americano (Turan, 2013). Ademais, a crescente politização doméstica da

política externa na Turquia também serviu como impulso para aquilo que Esen Kirdis (2015) qualifica como um giro de uma “geopolítica defensiva” para uma “geopolítica conservadora e islamista” (p. 186, tradução própria). Essa guinada teria como ponto culminante a votação contrária ao estabelecimento de sanções ao Irã pela não prestação de contas do seu programa nuclear à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ocorrida em reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em junho de 2010 (Turan, 2013).

No entanto, concomitantemente ao desenrolar da crise de hegemonia doméstica que passa a enfrentar o AKP, o surgimento da chamada Primavera Árabe e seus desdobramentos demonstrariam as fragilidades desse novo grau de autonomia internacional pretendido pelo país (Kirdis, 2015). Diante dos levantamentos populares, a Turquia passa a vislumbrar uma transformação do Oriente Médio em conformidade com a sua própria história recente, propiciando uma redução da presença ocidental na região (Ayata, 2015). Porém, a escala limitada com que tal concepção se traduziu em uma reorientação estratégica efetiva pode ser constatada pela postura turca em face de desenvolvimentos críticos em três países chave da região: a Líbia, a Síria e o Egito.

No caso da Líbia, havia uma grande preocupação em relação à possibilidade de um conflito armado generalizado. Assim, embora a Turquia tenha declarado apoio às manifestações, trabalhou para que se pudesse chegar a um acordo entre o governo de Gaddafi e as forças opositoras. O principal fator por trás de tal conduta foi a importância do país africano para a economia turca, tendo sido firmados entre as duas nações contratos no setor de construção atingindo o montante de 25 bilhões de dólares, ao mesmo tempo em que o valor estimado de 215 empresas turcas registradas na Líbia era de cerca de 20 bilhões de dólares. Em vista disso, expressou-se em um primeiro momento uma forte discordância acerca da possibilidade de sanções e de uma intervenção militar da OTAN no país, chegando-se até mesmo a sugerir que o interesse dos seus aliados ocidentais era incitado pelo desejo de acesso ao petróleo líbio (Ayata, 2015; Turan, 2013).

Entretanto, diante da iminência de lançamento da operação, apesar dos protestos da Turquia e da Alemanha, Ankara acaba por conceder a utilização de sua base em Esmirna, além de auxiliar na evacuação de cidadãos estrangeiros do território da Líbia. O fracasso das negociações com Gaddafi, por sua vez, levou o país a reconhecer a legitimidade do Conselho Nacional de Transição (CNT), comprometendo-se a fornecer 300 milhões de dólares em apoio financeiro ao

governo paralelo. Desse modo, o capital turco pôde participar intensamente dos empreendimentos de reconstrução da Líbia após o fim da intervenção, a despeito de o discurso crítico à ação de seus aliados da OTAN não ter sido abandonado por completo (Ayata, 2015; Turan, 2013).

Na Síria, o temor de que a instabilidade pudesse se alastrar, gerando efeitos domésticos, impeliu a diplomacia turca a incentivar o regime de Bashar al-Assad a atender às reivindicações por reformas políticas. Enquanto isso, o fato de parte da oposição síria se organizar a partir da Turquia incomodava Assad, produzindo atritos entre os dois Estados. Nesse contexto, Ankara rompe relações com o governo de Damasco em setembro de 2011, passando a apoiar abertamente sua derrubada (Ayata, 2015). Buscando projetar uma imagem de si mesmo como defensor da democracia no Oriente Médio, o regime liderado pelo AKP passa, então, a legitimar discursivamente sua ofensiva por meio da denúncia de violações dos direitos humanos (Bagdonas, 2014). Com o acirramento do conflito, chega ao ponto de recorrer à OTAN, de quem o país recebe, em janeiro de 2013, baterias de mísseis destinadas a serem instaladas na fronteira do seu território (Ayata, 2015). Como principais consequências da atuação turca na Guerra Civil Síria, verificou-se um agravamento da ameaça securitária interna envolvendo a minoria curda, um afastamento relativo do Irã e da Rússia e uma percepção crescente de que a Turquia estaria abandonando a neutralidade em prol de uma posição pró-sunita (Kirdis, 2015; Turan, 2013).

No que concerne ao Egito, o posicionamento adotado foi de imediata adesão ao clamor popular pela derrubada de Mubarak, especialmente quando a Irmandade Muçulmana passou a ser vista como o principal beneficiário político da onda de insatisfação direcionada contra o antigo regime. Após a eleição de Mohamed Morsi em 2012, os investimentos turcos no país aumentaram rapidamente, abarcando um projeto militar conjunto no qual estava envolvida uma contribuição de 250 milhões de dólares por parte da Turquia. No entanto, a deposição do novo governo por um golpe militar provocou fortes protestos de Ankara, que a considera uma manobra arquitetada por Israel e pelos Estados Unidos para conter a construção de uma nova ordem regional. Dessa forma, a Turquia não apenas desgastou suas relações bilaterais com o Egito, como também se afastou de seus aliados ocidentais e deu mais um passo na direção contrária à sua alegada neutralidade perante os Estados vizinhos (Ayata, 2015).

Em simultâneo, a ideia de uma conspiração internacional contra a ascensão turca no Sistema Internacional é instrumentalizada pelo AKP como um elemento de coesão interna em meio à crise política que se seguiu às manifestações do Parque Gezi (Kirdis, 2015). Nessa

perspectiva, Bilgin Ayata (2015) contrasta as reais capacidades econômicas e militares do país, em larga medida dependente dos seus aliados ocidentais, às suas ambições geopolíticas. Já Turan (2013) assinala que, com os desdobramentos da Primavera Árabe, a Turquia acabou por aceitar novamente, embora de modo relutante, sua subordinação ao poderio norte-americano, deixando de se projetar como uma possível liderança no plano regional para ser apenas mais um ator no complexo cenário do Oriente Médio.

Em uma linha similar, Tuğal (2021) classifica as vacilações na política externa do AKP como um sintoma da crise enfrentada por seu projeto hegemônico islâmico-liberal em diferentes esferas a partir da segunda década desse século. Nesse sentido, o autor considera que as lideranças turcas têm plena consciência de que o país não terá papel protagonista em nenhum esquema de dominação imperialista sobre a região. Além disso, pontua que seus vínculos econômicos mais fortes continuam sendo com seus aliados do Ocidente, com 56% de suas exportações e aproximadamente metade de suas importações estando associadas ao mercado europeu no ano de 2020. Assim, conclui que a Turquia “flutua à deriva impulsionada pela arrogância neoimperial, o nepotismo, as contas pendentes com o Ocidente, a militarização, a dependência da dívida e a ascensão da China” (Tuğal, 2021, p. 59, tradução própria). Tal diagnóstico de uma estratégia inconsistente em decorrência da fragilização interna do bloco no poder é compartilhado por Katz (2021b), que identifica o país como um subimpério instável, com reduzida margem de manobra efetiva.

4.4 UMA INSERÇÃO INTERNACIONAL SUBIMPERIALISTA

O balanço retrospectivo da trajetória de inserção internacional da Turquia revela a adoção, por parte de suas elites políticas, de uma estratégia baseada em uma estreita associação para com as potências ocidentais, de quem o país foi um importante aliado na região do Oriente Médio desde a Segunda Guerra Mundial. Com o despontar da Guerra Fria, essa opção se traduziria na vinculação ao bloco liderado pelos norte-americanos, tendo como marco a sua incorporação à OTAN, no ano de 1952 (Halliday, 2005). Essa condição refletiu, no plano político, a posição de uma economia dependente com um nível intermediário de composição orgânica do capital, cujo desenvolvimento capitalista se efetuou por meio de uma industrialização tardia, funcional do ponto de vista dos interesses das economias centrais (Keyder, 1987). Como consequência desse

mesmo processo, verificou-se uma crescente financeirização da economia turca, com a burguesia nacional se unindo ao capital imperialista a partir da assunção de um papel de sócio subordinado (Uysal, 2021).

Essa tendência se acelera com a transição rumo a um modelo neoliberal no alvorecer da década de 1980, resultando em uma ampliação da abertura ao capital externo (Turan, 2013; Gündüz, 2015). Um dos principais elementos de sustentação do novo regime de acumulação foi a elevação do nível de exploração do trabalho, materializada em uma série de reformas viabilizadas politicamente pelo aumento da repressão aos sindicatos e movimentos de esquerda (Karabacak; Tonak, 2022; Gündüz, 2015; Tuğal, 2021). Na esfera internacional, buscou-se promover as exportações nacionais concomitantemente ao aprofundamento da dependência em relação ao mercado global (Turan, 2013; Gündüz, 2015).

A chegada do AKP ao poder nos primeiros anos do século XXI não representou qualquer ruptura fundamental com esse padrão, contradizendo as expectativas inicialmente suscitadas. Pelo contrário, foi estabelecida uma linha de continuidade com o período precedente, assentada em políticas macroeconômicas neoliberais (Tansel, 2018), intensificação do grau de precarização do trabalho (Gündüz, 2015), privatizações e desmonte das estruturas tradicionais de proteção social (Cosar; Yegenoglu, 2009). Assim, pôde-se unificar as parcelas ocidentalistas e islamistas da burguesia nacional sob a hegemonia do capital financeiro vinculado à indústria (Uysal, 2019, 2021).

Diante disso, a Turquia pode ser considerada um caso paradigmático de subimperialismo no Oriente Médio. Nesse sentido, os componentes essenciais do conceito elaborado por Marini (2011, 2017b) permanecem verificáveis na análise da estratégia de inserção internacional adotada pelo país ao longo das últimas duas décadas, sendo mantida a sua posição enquanto economia dependente, financeirizada, com um nível médio de composição orgânica do capital e marcada por uma brutal exploração da força de trabalho. No campo da política externa, essa conformação tem se manifestado em uma postura consoante com aquilo que o pensador brasileiro descreve como um expansionismo relativamente autônomo (Marini, 2011), o que no caso turco se expressa pela contradição entre ambições geopolíticas próprias e a subordinação ao poderio econômico-militar de seus aliados da OTAN, em um quadro de diminuta margem de manobra concreta. Na medida em que os desdobramentos regionais da Primavera Árabe se processaram em paralelo à crise doméstica do modelo hegemônico de sustentação dos primeiros governos do AKP, essa

fragilidade estrutural foi evidenciada pela adoção de respostas oscilantes e pouco coerentes (Katz, 2021b; Ayata, 2015; Turan, 2013).

Nessa perspectiva, Uysal (2021) investiga de que modo esse caráter subimperialista é observável nas relações do país para com os Estados da África subsaariana, em particular aqueles de população majoritariamente muçulmana. Examinando o comércio para com as economias da região, a autora identifica a existência de mecanismos de intercâmbio desigual, por meio dos quais bens de capital e intermediários são trocados por bens primários, com uma transferência de mais-valor em prol da Turquia. Um recurso adicional para a extração de valor seriam os IEDs em setores com um baixo nível de composição orgânica do capital e mão-de-obra mal remunerada. No entanto, em ambos os casos essa apropriação coexiste com a dependência da burguesia nacional diante do capital das nações imperialistas, indiretamente beneficiadas por esse processo de expansão capitalista. A face securitária desse movimento foi o incentivo às exportações da indústria de defesa, igualmente associada ao capital externo. Além disso, as Forças Armadas Turcas participaram em diferentes missões da OTAN e das Nações Unidas no continente, ao mesmo tempo em que o estabelecimento de acordos com governos locais e projetos de instalação de bases militares geraram atritos políticos, sintomas da cooperação antagônica entre Ankara, seus aliados ocidentais e as monarquias do Golfo (Uysal, 2021).

Em vista disso, pode-se constatar que a incorporação do conceito formulado por Marini à caracterização da estratégia de inserção internacional da Turquia contemporânea contribui para a compreensão do seu papel enquanto uma economia de posição semiperiférica na moderna economia-mundo capitalista. Assim sendo, o estudo de caso realizado corrobora o elevado poder explicativo das elaborações teóricas desenvolvidas pelo autor no âmbito da TMD para o entendimento das relações internacionais do século XXI. Com isso, foi possível demonstrar os vínculos existentes entre as configurações de classe que sustentam um determinado bloco histórico no poder, a posição do Estado em questão no Sistema Internacional e a sua política externa.

5 CONCLUSÃO

A realização do presente trabalho teve como horizonte fundamental recuperar os importantes aportes teóricos legados pela TMD, visando investigar em que medida o conceito de subimperialismo, conforme desenvolvido por Ruy Mauro Marini, mantém sua validade explicativa no que se refere à inserção internacional de determinadas economias semiperiféricas no Sistema Internacional contemporâneo. Em vista disso, foi adotada a hipótese de que a contribuição de Marini não se limita à explicação da conjuntura histórica para cujo exame seu conceito foi inicialmente aplicado. Consequentemente, procurou-se também verificar de que modo a utilização de categorias da economia política para a análise da natureza de classe de um regime específico, assim como de sua posição no sistema capitalista, pode elucidar determinados aspectos de sua política externa.

No capítulo que se segue à introdução, a TMD é apresentada como parte de uma ampla tradição de elaborações teóricas em torno do capitalismo em seu estágio imperialista, discorrendo-se brevemente acerca das obras clássicas de Lênin (2021) e Rosa Luxemburgo (2021). Em seguida, foi identificada a posição ocupada pelas nações dependentes na Divisão Internacional do Trabalho segundo as concepções de Marini (2017a) e Theotônio dos Santos (2021), que em ambos os casos caracterizam a dependência como uma relação de subordinação em relação às economias centrais, com um intenso grau de exploração da força de trabalho interna.

Foi possível, ainda, investigar a obra de Marini em busca dos elementos constitutivos da sua definição de subimperialismo, entendido como “a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (Marini, 2011, p. 208, tradução própria). Tal configuração produziria economias com um nível intermediário de composição orgânica do capital e uma política externa cujo expansionismo, embora em certa medida autônomo, permaneceria submetido à dominação imperialista (Marini, 2011). Os desenvolvimentos posteriores de Milton Santos (2017) e Mathias Luce (2014) em torno das formulações do autor corroboram, por sua vez, a sua grande fecundidade teórica. Já as aplicações de Luce (2007), Cláudio Katz (2021b) e Patrick Bond (2013) do conceito elaborado pelo pensador brasileiro ao estudo de três regiões distintas atestam o seu elevado valor analítico no

que concerne às configurações geopolíticas do Sistema Internacional no século XXI, ao mesmo tempo em que nos permitem identificar aspectos que permanecem a ser examinados.

No capítulo subsequente, foi realizada uma exposição a respeito da obra de Immanuel Wallerstein, de modo a especificar a função atribuída à semiperiferia em sua versão da Teoria dos Sistemas-Mundo. Segundo a definição do sociólogo estadunidense, seu traço característico fundamental, do ponto de vista econômico, seria uma combinação relativamente proporcional entre processos produtivos centrais e periféricos, mantendo-se uma relação de dependência no que se refere às mercadorias produzidas pelas indústrias avançadas das economias centrais (Wallerstein, 2005). Em uma dimensão política, os Estados semiperiféricos desempenhariam um papel estabilizador, na medida em que seus interesses imediatos não estariam voltados à transformação revolucionária do sistema. Assim, seria atenuado o quadro de instabilidade provocado por uma economia-mundo polarizada entre um pequeno número de países beneficiários da exploração a nível global e uma grande maioria de nações exploradas (Wallerstein, 2000a).

Tendo em vista os objetivos do presente trabalho, ainda merece destaque a discussão empreendida pelo autor acerca das diferentes estratégias possíveis de ascensão hierárquica no interior do sistema. Nessa perspectiva, pôde-se constatar que o chamado “aproveitamento de oportunidades”, estratégia entre cujos exemplos Wallerstein (1974) inclui a industrialização brasileira a partir da década de 1930, seria aquela cuja descrição mais se aproxima de uma inserção internacional subimperialista. O autor, no entanto, defende a pertinência da utilização do termo semiperiferia como uma alternativa ao conceito de Marini, pontuando sua função complexa e particular em uma economia-mundo necessariamente tri-modal (Wallerstein, 1974).

Posteriormente, o estudo de caso desenvolvido a partir da inserção internacional da Turquia propiciou uma análise da origem de sua associação dependente para com as potências imperialistas, verificada desde o realinhamento estratégico ocorrido durante o período da Segunda Guerra Mundial, tendo como marco sua adesão à OTAN em 1952 (Halliday, 2005). Nos primeiros anos do século XXI, foi possível identificar uma linha de continuidade entre os governos do AKP e o processo de progressiva neoliberalização da economia turca, acelerado após a consumação do golpe militar de setembro de 1980, responsável por estabelecer as condições políticas para a implementação de inúmeras reformas nas décadas seguintes (Keyder, 1987; Gündüz, 2015; Tuğal, 2021). Nesse contexto, o advento do novo milênio foi acompanhado pela

formação de um novo bloco no poder, baseado na unificação das parcelas ocidentalistas e islamistas da burguesia nacional sob a hegemonia do capital financeiro ligado à indústria (Uysal, 2019, 2021), configurando um modelo particular de islamismo neoliberal.

Na esfera regional, essa configuração de classes encontrou expressão em uma estratégia expansionista relativamente autônoma, em conformidade com a definição de Marini (2011). Todavia, a fragilidade estrutural da posição turca e sua reduzida autonomia efetiva diante dos interesses imperialistas se revelariam de modo mais explícito com a instabilidade provocada pela chamada Primavera Árabe, que atingiu o Oriente Médio em simultâneo à crise interna do projeto hegemônico consolidado nos primeiros mandatos do AKP. Nessa conjuntura, a postura adotada em relação aos desdobramentos na Líbia, na Síria e no Egito estiveram aquém das pretensões geopolíticas manifestadas pelo país (Katz, 2021b; Ayata, 2015; Turan, 2013).

Nesse sentido, os resultados obtidos nos permitem concluir que a Turquia permanece um exemplo paradigmático de Estado subimperialista ainda no século XXI, preservando seu status de economia dependente, financeirizada, com um grau intermediário de composição orgânica do capital e uma violenta exploração de sua classe trabalhadora doméstica. Sendo assim, a instrumentalização do conceito objeto do presente trabalho contribui para elucidar aspectos de sua inserção internacional não necessariamente abarcados com base unicamente em sua caracterização enquanto país semiperiférico. Diante disso, nossa hipótese inicial foi confirmada, atestando o elevado poder explicativo do arcabouço teórico analisado para o estudo das relações internacionais contemporâneas, na medida em que sua utilização esclarece vínculos entre desdobramentos internos da luta de classes, política externa e relações de dependência a nível sistêmico.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. O Islã Político a Serviço do Imperialismo. In: AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história: ensaios políticos de Samir Amin (2000-2018)**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 67-91.
- AYATA, Bilgin. Turkish Foreign Policy in a Changing Arab World: Rise and Fall of a Regional Actor?. **Journal of European Integration**, v. 37, n.1, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07036337.2014.975991> . Acesso em: 15 dez. 2023.
- BAGDONAS, Özlem Demirtaş. Reading Turkey's Foreign Policy on Syria: The AKP's Construction of a Great Power Identity and the Politics of Grandeur. **Turkish Studies**, v. 15, n.1, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683849.2014.890412>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BOND, Patrick. Sub-imperialism as Lubricant of Neoliberalism: South African ‘deputy sheriff’ duty within brics. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42002121> . Acesso em: 27 dez. 2023.
- COSAR, Simten; YEGENOGLU, Metin. The Neoliberal Restructuring of Turkey’s Social Security System. **Monthly Review**. Online, 1 abr. 2009. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2009/04/01/the-neoliberal-restructuring-of-turkeys-social-security-system/> . Acesso em: 11 dez. 2023
- GÜNDÜZ, Zuhale Yeşilyurt. The “New Turkey”: Fetishizing Growth with Fatal Results. **Monthly Review**. Online, 1 jun. 2015. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2015/06/01/the-new-turkey-fetishizing-growth-with-fatal-results/> . Acesso em: 11 dez. 2023.
- HALLIDAY, Fred. **The Middle East in international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KARABACAK, Yakup; TONAK, Ertuğrul Ahmet. The Net Social Wage in Turkey, 1980–2019. **Review of Radical Political Economics**, v. 54, n. 4, dez. 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/04866134221099509> . Acesso em: 11 dez. 2023.
- KARATAŞLI, Şahan Savaş; KUMRAL, Şefika. Crisis of capitalism and cycles of right-wing populism in contemporary Turkey: The making and unmaking of Erdoganist hegemony. **Journal of Agrarian Change**, v. 23, n.1, jan. 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14710366/2023/23/1> . Acesso em: 22 dez. 2023.

KATZ, Claudio. El surgimiento de las Teorías de la Dependencia. **Jacobin América Latina**. Online, 8 ago. 2021a. Disponível em: <https://jacobinlat.com/2021/08/08/el-surgimiento-de-las-teorias-de-la-dependencias/> . Acesso em: 29 nov. 2023.

KATZ, Claudio. O subimperialismo no Oriente Médio. **Reoriente**, v.1, n.2 jul./dez. 2021b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reoriente/article/view/47743> . Acesso em: 27 dez. 2023.

KEYDER, Çağlar. Economic Development and Crisis: 1950-80. In: SCHICK, Irvin Cemil; TONAK, Ertuğrul Ahmet (org.). **Turkey in Transition: New Perspectives**. New York: Oxford University Press, 1987. p. 293- 308.

KIRDIS, Esen. The Role of Foreign Policy in Constructing the Party Identity of the Turkish Justice and Development Party (AKP). **Turkish Studies**, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14683849.2015.1044444> . Acesso em: 15 dez. 2023.

LÊNIN, Vladímir Ilich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18, p. 43-65, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/471> . Acesso em: 30 jun. 2023.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi. 2007. 136 p. Dissertação (mestrado)- Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14394> . Acesso em: 27 dez. 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648> . Acesso em: 27 dez. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Ola Financiera**, v. 4, n. 10, p. 183–217, 2011. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/ROF/article/view/40345> . Acesso em: 30 jun. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6 ed. Florianópolis: Insular, 2017b.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação&política**, v.29, nº2, p.068-094, 2011. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3417231/mod_resource/content/0/Teoria%20da%20Dep.%200Historia_de_um_nao-debate_a_trajetoria_d.pdf . Acesso em: 27 dez. 2023.

SANTOS, Milton. Subimperialismo, na visão de um geógrafo. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 180 - 184, 5 out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13808> . Acesso em: 27 nov. 2023.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

TANSEL, Cemal Burak. Authoritarian Neoliberalism and Democratic Backsliding in Turkey: Beyond the Narratives of Progress. **South European Society and Politics**, v. 23, n.2, jun. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13608746.2018.1479945> . Acesso em: 11 dez. 2023.

TURAN, Ilter. Um Passo para Frente, Dois para Trás: Sucesso e Fracasso na Recente Política Externa Turca. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.2, n.3, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/35034> . Acesso em: 11 dez. 2023.

TUĞAL, Cihan. In Turkey, the regime slides from soft to hard totalitarianism. **Open Democracy**. Online, 17 fev. 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/turkey-hard-totalitarianism-erdogan-authoritarian/> . Acesso em: 16 dez. 2023.

TUĞAL, Cihan. ¿ Turquia en sus encrucijadas? . **New Left Review**, v. 127, mar./ abr. 2021. Disponível em: <https://newleftreview.es/issues/127/articles/turkey-at-the-crossroads-translation.pdf> . Acesso em: 15 dez. 2023.

UYSAL, Gönenç. Charity State: Neoliberalism, Political Islam, and Class Relations in Turkey. **New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry**, v. 10, n.1, abr. 2019. Disponível em: <https://ojs.library.ubc.ca/index.php/newproposals/article/view/190250> . Acesso em: 11 dez. 2023.

UYSAL, Gönenç. Turkey's Sub-imperialism in Sub-Saharan Africa. **Review of Radical Political Economics**, v. 53, n.3, set. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/toc/rrpa/53/3> . Acesso em: 11 dez. 2023.

WALKER, Joshua W. Introduction: The Sources of Turkish Grand Strategy - 'Strategic Depth' and 'Zero-Problems' in Context. In: KITCHEN, Nicholas (org.). **Turkey's Global Strategy**. London: LSE IDEAS, 2011. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/ideas/publications/reports/turkey> . Acesso em: 15 dez. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo XXI, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 20/21, 1997/1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2069> . Acesso em: 31 dez. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World Economy. **African Studies Review**, v. 17, n.1, abr. 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/523574> . Acesso em: 31 dez. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000a. p. 71-103.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalist World-Economy. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000b. p. 253-263.

WORLD BANK. GDP growth (annual %) – Turkiye. **The World Bank**. Online, c2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2022&locations=TR&start=1961&view=chart> . Acesso em: 18 dez. 2023.